

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

ALINE FABIANE MEINEN

**O AUTOCONSUMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: SUA
IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA NAS QUESTÕES DE GÊNERO NA
LOCALIDADE DE VISTA ALEGRE - PADRE GONZALES NO MUNICÍPIO
DE TRÊS PASSOS.**

**TRÊS PASSOS-RS
2013**

ALINE FABIANE MEINEN

**O AUTOCONSUMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: SUA
IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA NAS QUESTÕES DE GÊNERO NA
LOCALIDADE DE VISTA ALEGRE - PADRE GONZALES NO MUNICÍPIO
DE TRÊS PASSOS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Co-Orientadora: Ariane Fernandes da Conceição

**TRÊS PASSOS-RS
2013**

ALINE FABIANE MEINEN

**O AUTOCONSUMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: SUA
IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA NAS QUESTÕES DE GÊNERO NA
LOCALIDADE DE VISTA ALEGRE - PADRE GONZALES NO MUNICÍPIO
DE TRÊS PASSOS.**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso Superior de Tecnologia em
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,
da Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS, como requisito parcial
para obtenção do título de Tecnólogo
em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 05 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato – Orientador (UFRGS)

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky - Examinador

Msa. Alessandra Matte PGDR/UFRGS - Examinadora

MENSAGEM

Como é bom chegar onde se quer. Tudo que se começa na vida tem um motivo para iniciar, tem todo um contexto no decorrer que pode ser fácil ou difícil, mas que no final vai deixar lembranças e saudades. Assim tudo segue na vida, os anos passam, as pessoas se vão, alguns marcam mais, outros menos, mas todos fazem parte da vida da gente. Tudo tem um porque de acontecer, e nada é por acaso. Realizar mais um sonho, não é dizer que acabou, é dizer que se cumpriu mais uma etapa e que obteve êxito, caso contrário não estaria chegando ao final. E, agora, chegou a hora de dizer “eu consegui”, cheguei ao final e estou coroando esta chegada com muitas emoções, muitas lutas, muitas decepções, mas tudo valeu a pena porque aqui eu estou. Conheci muitas pessoas, aprendi a conviver e entender muitas formas diferentes de ver a vida, que muito me ensinaram. Eu cresci mais um pouco, não em tamanho físico, mas em tamanho psíquico, pessoal e profissional. Esta etapa se encerra agora e já estou com saudades. Eu lutei com todas as forças para estar aqui e tudo ser perfeito. Eu mereço estar aqui e estou muito feliz por isso, porque nada na vida eu consegui de graça, tudo teve meu suor e isso muito me orgulha.

Autora: Aline Fabiane Meinen

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que tenho na vida, por tudo que consegui até hoje, pelos pais fantásticos, maravilhosos e batalhadores que me deu. À eles agradeço por tudo, mesmo que inúmeras vezes tenham dito, chega, tá na hora de parar, você vai enlouquecer. Tudo são fases da vida acadêmica que a gente passa, sofre, mas que quando termina fica aliviado, tranquilo e com a sensação do dever cumprido.

Agradeço ao meu noivo e companheiro Eduardo pela paciência despendida, mesmo que detestava todos os dias em que passei na frente do computador ao invés de estar ao seu lado. Tudo compensou, porque agora realizo mais um sonho. Vou continuar sonhando e lutando por aquilo que quero e gosto.

Enquanto eu puder, tiver condições para tal, estarei na batalha, pois o maior dos sonhos ainda está por ser conquistado. Vou chegar lá. Daqui a pouco irão me ver como professora universitária, no que depender de mim eu consigo. Do resto eu corro atrás.

Agradeço também a minha tutora orientadora à distância Ariane Fernandes pelas inúmeras conversas, trocas de ideias, cobranças, atenção e orientações que aconteceram durante os últimos meses. Além de tudo creio que ficou uma grande amizade e a uma bela lembrança para o resto da vida, tens boa parcela de “culpa” no êxito deste trabalho. Ao orientador Marcelo Antônio Conterato pelas orientações, cobranças e atenção despendida, que culminaram neste estudo, que muito me orgulha.

A minha querida tutora presencial Lediane Schepp que sempre me apoiou e meu deu força para chegar ao final. A minha amada colega Lisiane Dorr Rocha pelas inúmeras conversas e trocas de experiências, angústias e desafios.

A todos os professores e tutores do Curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural que foram todo o alicerce para que eu conseguisse chegar ao final e ter pleno êxito na realização do meu trabalho de conclusão de curso.

Ao Polo UAB de Três Passos pela estrutura e infraestrutura sempre disponível para nos atender e acolher. A coordenadora Janete Jussara Schmitz por não ter me deixado desistir do curso e ter sempre me apoiado.

E, a todos que, de alguma maneira ou outra me auxiliaram para realizar mais este sonho, dedico meu sincero **MUITO OBRIGADO!**

EPIGRAFE

Encerrando Ciclos

“Sempre é preciso saber quando uma etapa chega ao final. Se insistirmos em permanecer nela mais do que o tempo necessário, perdemos a alegria e o sentido das outras etapas que precisamos viver. Encerrando ciclos, fechando portas, terminando capítulos - não importa o nome que damos, o que importa é deixar no passado os momentos da vida que já se acabaram.

Deixar ir embora. Soltar. Desprender-se. Ninguém está jogando nesta vida com cartas marcadas, portanto às vezes ganhamos, e às vezes perdemos. Não espere que devolvam algo, não espere que reconheçam seu esforço, que descubram seu gênio, que entendam seu amor.

Antes de começar um capítulo novo, é preciso terminar o antigo: diga a si mesmo que o que passou, jamais voltará. Encerrando ciclos. Não por causa do orgulho, por incapacidade, ou por soberba, mas porque simplesmente aquilo já não se encaixa mais na sua vida. Feche a porta, mude o disco, limpe a casa, sacuda a poeira. Deixe de ser quem era, e se transforme em quem é.”

Gloria Hurtado

RESUMO

O construto produção para o autoconsumo vem ganhando importância nos atuais debates acadêmicos que envolvem a agricultura familiar, por ser uma forma de garantir a sobrevivência de muitos agricultores no meio rural. Com isto, o objetivo deste estudo foi analisar o autoconsumo e sua relação com as questões de gênero na produção na localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales, no interior do município de Três Passos, Rio Grande do Sul. Para tanto, a metodologia utilizada quanto à abordagem foi qualitativa, de natureza aplicada, exploratória e bibliográfica. Para a coleta dos dados utilizou-se do método de entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas em oito propriedades rurais, com realidades diferentes. Através das entrevistas, foi possível perceber que a produção para o autoconsumo está presente em todas as propriedades visitadas, sendo praticada em sua maioria pelos idosos e as mulheres. Porém, não foi constatada relação direta da quantidade da produção para o autoconsumo com a quantidade de pessoas que residem na propriedade.

Palavras-chave: autoconsumo, agricultura familiar, desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The construct production for self-consumption is becoming increasingly important in the current academic debates surrounding the family farm, as a way of ensuring the survival of many farmers in rural areas. With this, the objective of this study is to analyze the consumption and its relation to gender in the production in the village of Vista Alegre - Father Gonzales, within the municipality of Três Passos, Rio Grande do Sul. Therefore, the methodology used as the approach was qualitative in nature applied exploratory and literature. For data collection, we used the method of semi-structured interviews that have been applied in eight farms, with different realities. Through the interviews, it was revealed that production for self-consumption is present on all farms, is practiced mostly by the elderly and women. There was no direct relationship between the quantity of production for self-consumption with the amount of people who reside in the property.

Keywords: self-consumption, family farming, rural development.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Município de Três Passos subdivisão entre distritos	48
Figura 2: Mapa da localidade de Vista Alegre com a indicação das propriedades visitadas	55
Quadro 1: Produções vegetais no Rio Grande do Sul	46
Quadro 2: Pecuária no Rio Grande do Sul	46
Quadro 3: Lavouras de produção permanente em Três Passos	52
Quadro 4: Lavoura de produção temporária de Três Passos	52
Quadro 5: Resumo síntese dos resultados das entrevistas da localidade de Vista Alegre	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de pessoas por família.....	56
Gráfico 2: Grau de escolaridade dos entrevistados	56
Gráfico 3: Quantidade de pessoas na família de acordo com o sexo	57
Gráfico 4: Idade dos integrantes das famílias.....	59
Gráfico 5: Quantidade de hectares	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	16
1.1 Campesinato	17
1.1.1 Transição do Campesinato para a Agricultura Familiar	23
1.2 Agricultura Familiar	26
1.3 Autoconsumo, Força de Trabalho e a Questão do Gênero na Agricultura Familiar	30
1.4 Desenvolvimento Rural	37
1.5 Caracterização da Agricultura Familiar	42
1.5.1 Alguns Aspectos da Agricultura Familiar no Brasil	42
1.5.2 Alguns Aspectos da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul.....	44
1.5.3 Três Passos: Breve Histórico e Caracterização da Agricultura	47
2. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	55
2.1 Caracterização das Famílias Agricultoras Rurais da Localidade de Vista Alegre, no Distrito de Padre Gonzales, Três Passos – RS	55
2.2 Caracterização das Propriedades Rurais.....	59
2.3 Percepção dos Produtores Rurais em Relação à Produção para o Autoconsumo	62
2.4 As Influências do Gênero na Produção para o Autoconsumo	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICES	79

INTRODUÇÃO

A agricultura passou por um intenso processo de transformação nas últimas décadas. Em um curto espaço de tempo, a produção que visava à subsistência familiar, passou a ser realizada em grande escala incrementada com tecnologias de última geração em máquinas, utensílios, insumos, fertilizantes e agrotóxicos. Esses fatores, que mudaram o panorama do meio rural, tiveram consequências graves como êxodo rural, impactos ambientais, econômicos e sociais de grande monta, que beneficiaram poucos grandes produtores e marginalizaram inúmeros outros pequenos produtores.

Diante destes reflexos, inúmeros estudos surgiram para buscar entender e analisar como as pessoas sobreviveram e sobrevivem no meio rural num contexto tão instável, com fatores incontrolláveis do ambiente externo que influenciam diretamente os processos internos do estabelecimento agrícola. Uma das formas de sobrevivência identificadas por alguns autores é a diversificação da produção, onde esta se torna muito importante em momentos de crises, pois dependendo dos cultivos, estes podem ser ao mesmo tempo consumidos quanto comercializados.

Segundo autores como Gazzola e Schneider (2007) e Wedig (2009) a produção para o autoconsumo possui pequena relevância para os agricultores, não sendo valorizada e nem reconhecida como deveria. Diante disto, para reforçar e demonstrar a importância desta, destacam-se diversos estudos ao longo do trabalho que abordam tal temática, sob a ótica da economia gerada por estes cultivos e produções, pela autonomia, pela segurança alimentar, pelo processo de coprodução que reaproxima homem, trabalho e natureza, além da sociabilidade.

Para tanto, buscou-se através de um estudo de caso analisar a importância da produção para o autoconsumo na localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales, no município de Três Passos. Afinal, no município quase que a totalidade das propriedades são de agricultores familiares e na localidade todos o são, portanto, existe a produção para o consumo da família.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar o autoconsumo e sua relação com as questões de gênero na localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales, no interior do município de Três Passos, Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos visou-se caracterizar as famílias agricultoras rurais que produzem para o autoconsumo da localidade de Vista Alegre, no distrito de Padre Gonzales, Três Passos - RS; analisar

a percepção das famílias de agricultores familiares em relação à produção para o autoconsumo; e, analisar as influências do gênero na produção para o autoconsumo nas famílias de agricultores familiares da localidade.

O estudo é de suma importância pelo fato de não ter havido estudos realizados na localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales que demonstrem a influência do gênero na produção para o autoconsumo. O gênero influencia diretamente a quantidade e a variedade dos cultivos para o autoconsumo. Diante disto, busca-se através deste estudo de caso, verificar se estes fatores influenciam a vida das pessoas da localidade.

Vista Alegre está localizada a seis quilômetros a oeste da sede do município de Três Passos e pertence para o distrito de Padre Gonzales, atualmente é constituída por 22 famílias. O município é dividido em cinco distritos Padre Gonzales, Bela Vista, Floresta, Erval Novo e Santo Antônio.

Na localidade de Vista Alegre praticamente 80% das propriedades possuem um relevo mais plano, onde são cultivados muitos hectares com monocultivos (principalmente com soja). A produção leiteira também faz parte de praticamente todas as propriedades, seja para o consumo da família, seja para a comercialização. Mas cabe destacar que a produção de suínos para engorda integrados vem ganhando força anualmente, chamando a atenção o fato da expansão da produção nas propriedades que já possuem 2 a 3 chiqueiros em alguns casos, além de alguns produtores que cultivam fumo. Estes seriam os principais cultivos da localidade, mas aqueles cultivos de menor ou quase nenhum retorno monetário, os cultivados para o consumo das famílias são o foco do estudo.

Diante disto, utilizaram-se os procedimentos metodológicos que definiram o caminho a ser trilhado até encontrar as respostas ao problema de pesquisa (FRÖHLICH e DORNELES, 2011).

Com isso, este estudo, segundo Gerhardt e Silveira (2009) define-se quanto à abordagem como sendo qualitativo, pois busca a compreensão de um grupo social a respeito de um determinado tema, buscando explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito. Diante disto, buscar-se-á verificar junto aos agricultores familiares da localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales a compreensão destes com relação à produção para o autoconsumo e as influências da força de trabalho do gênero. Godoy (1995, p.21) afirma que “o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”.

No entendimento de Gerhardt e Silveira (2009) quanto à natureza a pesquisa é aplicada, pois busca gerar conhecimentos para aplicação prática, buscando a solução do problema identificado. Neste sentido, o problema de pesquisa ao qual se busca solução é: qual a relação entre o autoconsumo e o gênero na produção na localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales, no município de Três Passos? Os mesmos autores classificam ainda os procedimentos metodológicos quanto aos objetivos, sendo neste caso, uma pesquisa exploratória, pois esta proporciona uma maior familiaridade com o problema, envolvendo para tanto procedimentos como o levantamento bibliográfico e estudo de caso.

Para tanto, o levantamento bibliográfico, que segundo Fonseca (2002, p.32, 33) consiste num “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, com livros, artigos científicos, páginas de web site”, buscou trazer diversos conceitos relacionados ao campesinato, a agricultura familiar, a força de trabalho, ao gênero e ao desenvolvimento rural. Partindo deste contexto conceitual, verificou-se na prática da realidade rural de Vista Alegre – Padre Gonzales através de um profundo estudo de caso como acontecem às relações entre os conceitos a pouco apresentados.

Para tal, como métodos utilizou-se entrevistas semiestruturadas, que foram organizadas num conjunto de questões relacionadas ao tema do autoconsumo relacionando à questão do gênero. A escolha da localidade se deu por essa apresentar um panorama bem diversificado, pois existe a presença de contextos diversos que possibilitam desta forma um melhor diagnóstico para atender aos objetivos proposto pelo estudo.

Para a execução dessa pesquisa, foram selecionadas oito propriedades para a realização da entrevista, as quais se destacam devido ao fato de apresentarem disponibilidade de mão de obra e diversidade no tipo de mão de obra (aposentados, jovens, com parceiros na propriedade, com contratação de terceiros esporadicamente, casal com filhos, casal sem filhos em casa) além do fato das realidades diversas que cada propriedade contém.

Enfim, através das entrevistas aplicadas foi possível alcançar os objetivos do estudo, tendo construído muitos aprendizados durante o caminho trilhado até aqui. O contato com o agricultor é uma experiência muito valiosa que faz entender a forma como as coisas acontecem na realidade, partindo do que os autores apresentam é possível fazer conexões, refletir e construir novos conhecimentos.

Além desta introdução, este trabalho está organizado em mais três tópicos. No primeiro tópico se apresenta o referencial teórico-conceitual. Este por sua vez se subdivide em cinco subtópicos, onde o primeiro apresenta o campesinato e uma nova subdivisão aborda a transição do campesinato para a agricultura familiar. O segundo subitem apresenta a agricultura familiar, seguido pelo autoconsumo e a questão do gênero na agricultura, posteriormente aborda-se o desenvolvimento rural e por fim apresenta-se a caracterização da agricultura familiar, com alguns aspectos da agricultura familiar no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Três Passos, onde também é apresentado um breve histórico e caracterização da agricultura do município. No tópico seguinte discutem-se os resultados da pesquisa de campo, subdividindo-se em três outros tópicos que abordam a caracterização das famílias, caracterização das propriedades, percepção dos produtores rurais em relação à produção para o autoconsumo e as influências do gênero na produção para o autoconsumo. Por fim, são elencadas as considerações finais do trabalho realizado.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

No presente tópico serão abordados os principais temas referentes à produção para o autoconsumo. Neste sentido, abordar-se-á o tema do campesinato que na literatura consultada apresenta a produção para o autoconsumo como forma de subsistência no meio rural, utilizando autores como Chayanov, Wolf, Wanderley, Schneider, Schneider e Niederle, Ploeg e Grisa para contextualizar o tema e demonstrar a transição deste para a agricultura familiar. O tópico seguinte apresenta a agricultura familiar, através dos conceitos de Schneider e Niederle, Wanderley, Schneider, Brum e Trennepohl, demonstrando as principais linhas de pensamento que a caracterizam e conceituam. Neste mesmo tópico através de dados do IBGE se apresentam informações sobre a agricultura no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Três Passos e também dados da secretaria municipal de agricultura do município.

A literatura consultada estabelece relações entre campesinato e agricultura familiar, embora tais conceitos apresentem correntes teóricas distintas. Ou seja, o debate sobre agricultura familiar apresenta um avanço, uma distinção sobre o conceito das formas familiares de agricultura. Mas, o autoconsumo reaproxima novamente o campesinato da agricultura familiar, pois esta é uma expressão fundamental das formas familiares de agricultura, seja pelo campesinato ou pela agricultura familiar.

Na sequência do trabalho, inicia-se a apresentação sobre o autoconsumo e as questões relativas à força de trabalho e gênero na produção. Assim, buscou-se trazer à luz da discussão, aspectos teóricos fundamentais para atender aos objetivos do estudo para compreender a lógica produtiva, através da ligação com a quantidade e variedade da produção da propriedade. Para tanto, utilizou-se como base teórica os estudos de Grisa; Wedig; Grisa, Conterato e Schneider; Gazzola e Schneider; Wagner, Marques e Menasche; Menasche e Schmitz; Gaviria e Pezzi; Zanetti e Menasche; e, Brumer.

Após isso, será abordada a questão do desenvolvimento rural a partir de concepções teóricas trazidas por Schneider, Conterato e Waquil; Kageyama; Navarro; Schneider; e, Ploeg, a fim de contextualizar as diversas vertentes propostas, aprofundando-se na questão da produção para o autoconsumo no desenvolvimento rural.

1.1 Campesinato

O campesinato é uma forma social familiar que possui como característica fundamental a produção para o autoconsumo, tanto nas constituições familiares do passado que já não existem mais, como nas atuais, que praticam tais produções dentro das suas condições e limitações. Com isso, surge a importância de trazer alguns autores que demonstram as características que a produção para o autoconsumo possui para os camponeses.

Cabe ressaltar que esta reflexão teórica irá brevemente focar autores clássicos como Alexander Chayanov e Eric Wolf, os estudos de Maria de Nazaré Wanderley, Sergio Schneider, Paulo André Niederle, Jan Douwe Van Der Ploeg e a dissertação de mestrado de Cátia Grisa, pois não objetiva-se um grande aprofundamento neste conceito, apenas uma breve caracterização para apresentar a importância da produção para o autoconsumo neste contexto.

Para Chayanov (1974), a unidade camponesa é vista como uma unidade de trabalho e consumo, onde o homem organiza suas atividades para que os frutos gerados a partir do trabalho atendam a demanda das necessidades da família. Então, quanto mais pessoas adultas, maior é a força de trabalho e maior é a demanda de alimentos. E, quanto mais crianças, mais os adultos trabalham, mas a demanda de trabalho não é tão superior, pois as crianças consomem menos, apesar de ainda não trabalharem pelo seu alimento. Diante disto, o volume de trabalho depende diretamente do número de consumidores. Nos próprios termos de Chayanov, este afirma que

Puesto que el estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacer las demandas de sus consumidores, y dado que sus manos son el medio principal para ello, debemos esperar, ante todo que el volumen de la actividad económica de la familia corresponda cuantitativamente em forma aproximada a estos elementos básicos em la composición de la familia (CHAYANOV, 1974, p. 56).

Para Chayanov (1974), atividade econômica da família é a agricultura em sua totalidade de atividades artesanais e comerciais. O autor (1974, p.47) considera ainda que “debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción”. Com isso, Chayanov (1974, p. 47) irá ressaltar a

importância da mão de obra no processo produtivo, relacionando ainda “la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad”. Estes fatores destacados por Chayanov influenciam diretamente toda a atividade produtiva da propriedade camponesa, fazendo com que os frutos do trabalho, ou seja, produções da propriedade sejam reflexos do tamanho da família e das suas necessidades.

Outro autor clássico que aborda a questão camponesa é Eric Wolf (1976) que também considera a unidade camponesa como uma unidade de consumo e trabalho. Esta unidade, além de atender as próprias necessidades, busca o equilíbrio com as exigências do mundo externo, produzindo para atender o mínimo calórico exigido pela família e ainda constituir fundos diversos como: recursos para próximos cultivos, aquisição de instrumentos de trabalho, constituição de relações sociais e transferência de excedentes para grupos dominantes¹.

Para Wolf (1976), os camponeses devem produzir acima deste mínimo calórico para poder realizar uma boa safra seguinte, além de produzir para alimentar os animais. Segundo o autor (1976, p.17), o mínimo calórico refere-se ao “(...) consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia que o homem despense em seu rendimento diário de trabalho”.

A preocupação que o camponês possui com a alimentação é um dos traços mais marcantes desta forma social. A técnica de guardar as melhores sementes é mais uma forma de garantir a produção na safra seguinte. Essa prática foi realizada por muito tempo, mas os anos foram passando e não que as sementes não fossem mais produtivas, mas a orientação técnica e os meios de comunicação difundiram em grande escala que as sementes compradas eram mais produtivas, necessitavam menos manutenção, estimulando, desta forma, os agricultores a desistirem de guardar sementes para os próximos plantios.

Com a expansão do plantio de sementes compradas, os agricultores foram “obrigados” a aderirem a tais práticas, e aqueles que não o praticavam eram chamados de atrasados e em inúmeras vezes ouviam dizer que estavam perdendo dinheiro mantendo a produção do jeito que faziam. Porém, observava-se que quando o agricultor

¹ Segundo o autor, grupos dominantes são constituídos de governantes que utilizam os excedentes da produção dos camponeses para seu próprio nível de vida e para distribuir o restante entre os que não cultivam a terra, mas que devem ser alimentados.

utilizava sementes próprias, não havia gastos para adquiri-la, adubava-a da mesma forma que as sementes compradas e tinha produção o suficiente para os animais e o consumo próprio.

Wolf (1976, p.24) considera que “(...) há vários tipos de campesinato e não só uma forma de vida camponesa”. O meio rural é marcado por várias formas diferentes de vida dos agricultores, sendo que uns dedicam mais tempo a certas atividades do que outros, uns valorizam mais os plantios para comercialização e outros valorizam mais os plantios para o autoconsumo, todos se diferem conforme necessidades, costumes, tradições, ensinamentos, enfim, formas de viver diferentes dentro do contexto do meio rural. Wanderley (1996, p.4) sugere que

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc.

Dessa maneira, Wanderley (2003, p.44,45) entende o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares, onde em primeiro lugar, “o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura”; e, em segundo lugar, “o campesinato pode ser visto como uma forma social particular de organização da produção”. Neste sentido, a autora faz forte referência à unidade de produção gerida pela família, onde existe “a associação entre patrimônio, trabalho e consumo que orientam a lógica de funcionamento do trabalho”.

Para Wanderley (2003) o camponês não tem uma profissão, mas sim um modo de vida que determina suas atividades e neste sentido a modernização transforma-o num agricultor, onde os saberes tradicionais passados de geração em geração, não são mais suficientes para se manter na atividade agrícola, exigindo cada vez mais domínios tecnológicos necessários ao trabalho.

Schneider e Niederle (2008) compreendem que o camponês recebe esta identidade social tendo em vista que uma maioria de agricultores possui pouco acesso aos meios de produção (terra e capital), as informações e aos canais de comercialização dos excedentes. A atividade produtiva é realizada pela família, não dividindo trabalho e

produção, sendo os frutos de todos os que trabalharam para isso. Os excedentes produtivos são comercializados nos centros urbanos próximos ou mais distantes, dependendo das condições para tal. A produção para o autoconsumo dificilmente é abandonada, permitindo assim a venda, troca e consumo dos mesmos, mantendo com isso uma autonomia cultural, social e econômica em relação ao mercado externo.

Para os autores, “a forma camponesa representa uma espécie de coprodução (interação entre homem e natureza viva) que busca internalizar recursos e sustentar alguma autonomia dos meios de produção” (SCHNEIDER e NIEDERLE (2008, p.1003). A autonomia é uma característica camponesa que visa à liberdade com relação aos agentes externos, procurando organizar a propriedade e o processo do trabalho de acordo com as próprias possibilidades e necessidades internas.

Ploeg (2006, p.21) considera que a “unidade de produção camponesa é uma forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que vincula a outros mercados (de produtos)”.

O mesmo autor, ainda considera que uma parte do que é produzido pelo camponês deve ser vendida, e a outra parte deveria servir para o consumo da família, sendo que a quantidade de cada uma depende diretamente da cada unidade produtiva. Neste sentido, “o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos” (PLOEG, 2006, p.26). Para a obtenção do valor agregado na produção o autor afirma que os camponeses se empenham em distanciar o máximo possível o processo produtivo do circuito mercantil.

Em outra obra, Ploeg (2008) apresenta características dos camponeses como: relações radicalmente diferentes com a natureza de outros modos de fazer agricultura; processos produtivos em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas; moldam e desenvolvem seus próprios recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos.

A sociedade, segundo Ploeg (2009) passa por uma crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares, sendo que nestas condições o modo de produção camponês deveria ser projetado para enfrentar tais dilemas. Para tanto, o autor, apresenta sete teses sobre a agricultura camponesa. Em primeiro lugar, a agricultura camponesa constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial, baseando-se no capital ecológico, sendo a maioria da população agrícola do mundo.

Em segundo lugar, a atual luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa, tendo como base recursos autogerenciáveis, estimulados pela coprodução entre o homem e a natureza viva, gerando uma menor dependência do mercado. O terceiro ponto destacado refere-se à luta por autonomia que fundamentalmente implica – e funciona como – a construção, o uso e o desenvolvimento contínuo do capital ecológico, troca não mercantilizada com a natureza. Desta forma, Ploeg (2009, p. 20) afirma que “a agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para acesso a insumos e outros meios de produção. Para ela, esses meios e insumos são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico, sendo de fato autossuficiente”.

E, neste sentido ele considera que a produção camponesa visa “a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; a produção de excedentes comercializáveis; e, a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como a sua reprodução” (PLOEG, 2009, p.20). O quarto item é a centralidade do capital ecológico ajudando a desenvolver a produção agrícola, mesmo sob condições altamente adversas, gerando valor agregado² através do uso dos recursos disponíveis na natureza sem deteriorar sua qualidade, ou seja, utilizando o que de melhor a natureza dispõe sem agredi-la, recompondo naturalmente sua capacidade produtiva, mesmo quando sofre influências do ambiente externos não controláveis, como o clima e mercado.

A quinta tese, diz respeito ao mercado global e aos impérios alimentares³ que geram crises agrárias e alimentares permanentes. As crises agrárias abordadas pelo autor são estimuladas pela industrialização da agricultura que determina a produção e comercialização agrícola no mercado global, reestruturando todos os processos finais que envolvem os alimentos, gerando impérios que monopolizam desde os processos iniciais da produção dos alimentos, até chegar ao consumidor final e ainda direcionam o consumo dos mesmos.

Conforme Ploeg (2009, p. 24), “os novos impérios alimentares foram construídos de forma a controlar crescentemente amplos segmentos da produção, processamento, distribuição e consumo globais de alimentos”, representando a “mão invisível que governa uma variedade de mercados por meio do controle sobre

² Para Ploeg valor agregado é expressado pela diferença entre o valor monetário dos bens produzidos e os custos técnicos da produção, sendo um importante indicador do grau de autonomia produtiva e de eficiência no uso dos recursos disponíveis nos sistemas agrícolas.

³ Ploeg considera que impérios alimentares são grupos que dominam e monopolizam os processos da produção de alimentos, desde os agricultores até os consumidores finais.

importantes elos de ligação entre diferentes mercados”. Desta forma, os impérios alimentares aumentaram o gargalo entre os preços pagos aos produtores primários e os preços pagos pelo consumidor final, dificultando o acesso de muitas pessoas a estes alimentos, aumentando a fome e a subnutrição.

A sexta tese, refere-se ao fato de os camponeses do mundo estarem sofrendo com as consequências do ordenamento imperial da produção de alimentos e mesmo assim constituírem a maior resposta a eles. Nesta situação o autor faz referência ao fato da resistência que é constituída no campo, através dos adubos naturalmente preparados, do cruzamento de animais, da beleza das propriedades, das novas criações para consumo e produção que surgem a partir da necessidade e geram novos aprendizados.

A sétima tese é a principal força motriz da produção de alimentos que é a resistência camponesa em não depender diretamente de insumos externos; possuir menos dívidas; reagir às circunstâncias com aumento na produção e jamais desistência ou abandono das propriedades; possuir qualidade e quantidade de trabalho; reduzir custos através da utilização do capital ecológico disponível; lutar organizadamente por preços melhores, maior segurança e melhor acesso aos recursos; investir na pluriatividade e multifuncionalidade que minimizam os riscos dos monocultivos.

Com estas sete teses sobre o campesinato Ploeg buscou reforçar a importância desta categoria social. Por sua vez, cabe destacar, que a agricultura camponesa diminui as ameaças das crises que estão afetando o mundo a fora, garantindo a produção de alimentos que geram autonomia para as famílias, minimizam os riscos advindos do ambiente externo, reforçam o capital ecológico existente na natureza, não sendo desta forma, afetados diretamente pelos impérios alimentares.

O camponês possui uma forma de sobrevivência que busca a harmonia com o ecossistema, conseguindo gerar um valor agregado que envolve poucos recursos externos à propriedade e possibilita retornos nem sempre quantificáveis, mas que garantem a subsistência das famílias. A autonomia do camponês proporciona uma qualidade de vida que visa manter um equilíbrio entre os fatores sociais, ambientais e econômicos.

1.1.1 Transição do Campesinato para a Agricultura Familiar

A transição da agricultura camponesa para a agricultura familiar ocorre de forma parcial passando, segundo Grisa (2007), por um processo de novos valores e práticas que se associam aos valores e práticas tradicionais preservados. Com isso, algumas práticas tradicionais, como a produção para o autoconsumo, também passaram a ser complementares, e não mais centrais como na agricultura camponesa, recebendo, com isso, novas feições e atributos. E é com este pensamento que Grisa (2007) entende que o autoconsumo produzido pela agricultura familiar possui raízes profundas no campesinato, sendo que com isto surge a importância de abordar esta transição que carrega várias semelhanças no decorrer do processo.

A autora compreende ainda que “muitos valores e práticas tradicionais ao modo de vida camponesa permanecem e são recorrentes no âmbito da agricultura familiar (...) não tendo havido uma integração completa aos mercados, ou seja, não ocorreu uma mercantilização de todas as esferas da reprodução social” (GRISA, 2007, p.42). Cabe destacar que em poucos casos ocorreu a completa mercantilização da produção agrícola, na grande maioria das propriedades apenas houve a diminuição da produção para o autoconsumo.

No entendimento de Wanderley (2003, p.45) “o processo de transformação do campesinato para a agricultura familiar não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade”. Neste sentido, percebe-se que existem vários elementos que necessitam ser levados em consideração.

Schneider e Niederle (2008) consideram que existem elementos comuns entre os camponeses e os agricultores familiares, dentre eles, destaca-se as noções de trabalho, produção e família que operam de forma unificada e sistêmica. No mesmo sentido, Grisa (2007, p.38) afirma que “a produção para o autoconsumo é uma estratégia que se mantém tanto em situações que os agricultores podem ser considerados como camponeses ou agricultores familiares”.

Na transição do camponês tradicional para o agricultor familiar “moderno”, persistem “pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais” (WANDERLEY, 2003, p. 47). O principal ponto de ruptura, segundo a autora, diz respeito à suposta recusa do camponês de produzir para além das suas necessidades, fator que não fica explícito devido o fato da diversificação das culturas constantemente

renovadas e os investimentos na atividade agrícola, que acabam garantindo a subsistência das famílias.

O segundo fator é o princípio do rendimento indivisível. Este por sua vez tem relação com a integração ao mercado que ocorre através da necessidade de pagamentos que o agricultor necessita realizar, como, compra de máquinas e insumos, pagamento de juros bancários e eventualmente da renda da terra ou do trabalho assalariado complementar à familiar. Esta renda possibilita, segundo Wanderley (2003, p.51), a “realização de projetos comuns pelo conjunto da família e, ao mesmo tempo, a emergência de alguns dos conflitos frequentes entre os membros da família, entre pais e filhos, marido e mulher etc.”. Estes projetos começam então a ser pensados individualmente, o que pode ocasionar conflitos.

E, por fim, o último ponto de ruptura, elencado pela autora (2003, p.51), refere-se ao fato de o “camponês enfatizar o passado e suas tradições, a agricultura moderna, ao introduzir a noção de progresso, transfere o primado ao futuro”, traçando objetivos através de planejamento, cálculos de viabilidade, investimentos e retornos, estimulando ganhos e não apenas a sobrevivência, mas com olhos para o futuro.

No que tange as continuidades, Wanderley (2003, p.51,52) ressalta que para os “agricultores familiares a força do passado não se enfraqueceu e permanece como uma referência que determina as práticas e as representações das famílias”; e a socialização dos filhos continua sendo realizada pela própria família.

Já se referindo as semelhanças entre camponeses e agricultores familiares Schneider e Niederle (2008) afirmam que em ambas as categorias sociais as propriedades são pequenas, usa-se predominantemente o trabalho da família, o acesso a terra ocorre em muitos casos mediante a herança, existe uma manutenção dos vínculos sociais assentados em relações de parentesco. Já os traços que os distinguem são “o caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho, mais integrado e dependente o agricultor se torna em relação à sociedade que lhe engloba” (SCHNEIDER E NIEDERLE, 2008, p.994).

Wanderley (1996) também considera que mesmo tendo perdido a significação e a importância, traços do campesinato se mantêm na atualidade ainda ativos, sejam na forma de produzir ou na vida social. Nos atuais debates acadêmicos os traços do estilo de produção camponês estão reconquistando novamente importância, principalmente

pela produção para o autoconsumo que garante a autonomia das famílias com relação ao mercado externo.

Para Wanderley (2003, p.55) “os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, têm uma história camponesa”. A autora (2009, p.55) ainda considera que, são “esses mesmos agricultores que se adaptam às condições modernas da produção agrícola e da vida social; deixando sua lógica tradicional – que, permite defini-los como camponeses – afetando profundamente o processo de integração econômico-social”.

Diante disto, Wanderley (2003, p.55), questiona a “incapacidade estrutural” do camponês para assumir a modernização da produção agrícola, relacionando com o fato de “no caso brasileiro, o processo de modernização das condições de produção agrícola não estar concluído nem ter se disseminado de forma homogênea por todo o território nacional”.

Mas, segundo Wanderley (2003, p.7) “não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional”. Mudanças profundas estão ocorrendo e seus reflexos atingem a forma de produzir e a vida social dos agricultores. A autora (2003, p.7) ainda considera que no agricultor familiar permanece fortemente a figura do camponês, alicerçada no fato de que a família continua sendo o “objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão”.

O processo de transformação do sistema de produção camponês para o agricultor familiar inicia em virtude das pressões sociais e econômicas externas que vão mudando as características originais anteriores que geravam a autonomia, dependendo a partir de então de fatores externos, como insumos e equipamentos para continuarem sua manutenção no meio rural. O fator primordial que mantém uma ligação entre as duas categorias sociais é a produção para o autoconsumo.

Neste sentido se torna de extrema importância apresentar a produção para o autoconsumo, que é trazida como tema central no trabalho, e os fatores que ainda a sustentam no âmbito da agricultura atual. A evolução dos conceitos de agricultor camponês para agricultor familiar não é um processo que pode ser considerado concluído, pois vários traços ainda permanecem comuns entre os dois grupos sociais conforme foi visto.

1.2 Agricultura Familiar

Nesta seção agora objetiva-se conceituar e apresentar as principais linhas de pensamento sobre a agricultura familiar. Neste sentido, cabe destacar que antes da década de 1990, segundo Schneider e Niederle (2008), o termo agricultura familiar praticamente não existia no Brasil, usava-se termos como pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Mas, as lutas dos movimentos sindicais conquistaram espaço para a agricultura familiar, apoiados por estudos, pesquisas e livros que afirmaram e reconheceram esta categoria social também no âmbito acadêmico.

Os estudos relacionados ao rural no Brasil retomam as forças a partir da metade da década de 1990 quando, segundo Schneider (2006), um novo cenário permitiu amplos escopos temáticos de discussões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações, afirmando a temática ambiental e sustentável. Sendo que a afirmação da agricultura familiar, segundo o autor, legitimada ao Estado foi em 1996, através da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que promoveu crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade, necessitando políticas públicas. Wanderley (2003) também considera que a categoria agricultura familiar se difundiu no Brasil, a partir da implantação do PRONAF.

Wanderley (2003, p.2) apresenta duas linhas de pensamento sobre o conceito de agricultura familiar.

Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento.

Neste sentido, atualmente, atribuiu-se ao termo agricultura familiar diversas concepções teóricas como a proposta por Wanderley (1996, p.2) que a conceitua “como

aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Já Schneider (2006, p.7) define “agricultura familiar como àquela que opera a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar”.

Schneider e Niederle (2008, p. 991) consideram que “o agricultor familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras”.

Segundo Wanderley (2003, p.3), “a ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado”. Neste sentido, a autora afirma que o “tipo de capitalismo que se desenvolveu no setor agrícola brasileiro, antes ou depois do processo de modernização, jamais se libertou de sua vinculação com a propriedade da terra” (WANDERLEY, 2003, p.56).

Wanderley (2003, p.58) considera também que o agricultor familiar “constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que é a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna, utilizando à própria experiência (camponesa) adaptando-se às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural”. No entendimento de Schneider (2006, p.9)

O estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.) assim como os múltiplos meios de exercícios da ação política.

Para Brum e Trennepohl (2004, p.92-93)

A agricultura familiar é o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e tem significativa importância econômica em diversas cadeias de produção. Ela, muitas vezes, tem sido considerada e caracterizada como “pequena propriedade”, podendo desempenhar um papel muito importante, pois garante a subsistência da família, distribui renda e gera postos de trabalho, garantindo, assim, o sustento de milhões de brasileiros. A agricultura familiar é massiva na ocupação de mão de obra. A agricultura familiar é geralmente caracterizada como aquela que usa baixa tecnologia,

porém, nem sempre isso é uma realidade de todos os agricultores, pois o que se percebe é o menor uso de máquinas e insumos.

A definição da agricultura familiar pelo senso comum, segundo Schneider (2008), parte da agricultura/pecuária e das famílias: a primeira, como atividade econômica de produção vegetal e criação animal, dentro do estabelecimento, num sistema, produzindo mercadorias que interagem com as famílias gerando reprodução social; e a segunda, é um grupo social ligado por parentesco ou consanguinidade, formando uma unidade de residência e consumo, caracterizado como grupo social de trabalho e consumo, que gera reprodução social, fazendo trocas sistêmicas e produzindo mercadorias.

Já a importância da agricultura familiar é assim destacada por Schneider (2008):

ela constitui-se na categoria social hegemônica no Brasil; é capaz de garantir a segurança alimentar e gerar excedentes; tem o papel do *tread-meall* tecnológico; tem o papel das políticas públicas (crédito, pesquisa, etc.); tem como base o uso do trabalho familiar conseguindo produzir alimentos com custos fixos mais baixos; resolve o problema da renda da terra; o trabalho familiar reduz o valor das mercadorias; existe transferência de renda para outros setores da economia; existem externalidades sobre o território: dinamiza e diversifica os demais setores econômicos; e, gera economias de escopo.

No entendimento de Brum e Trennepohl (2004, p. 96), “a agricultura é uma atividade de grande importância para qualquer país, uma vez que destina à produção de alimentos (baratos) para a população e matérias-primas para o setor industrial”.

Sendo assim, cabe aqui apresentar a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 em seu artigo 3º, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II -

agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Neste sentido, Schneider (2008) também apresenta algumas definições normativas. Primeiramente, segundo o PRONAF MDA-SAF: a) Possuir renda familiar originária da atividade agropecuária (conforme o grupo: 30% no grupo B, 70% no grupo D e 80% no grupo E) e não agropecuária exercido no estabelecimento; b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro, posseiro, assentado ou arrendatário; d) utilizar mão de obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.

A segunda definição abordada pelo autor é a definição normativa do Banco Mundial no Programa RS-Rural, *que visam ações de geração de renda e infraestrutura social*: a) Residir na UP ou aglomerado rural próximo; b) 70% dos componentes familiares tenham na agropecuária sua principal atividade; *que visam ações de geração de renda sem retorno e infraestrutura social*: a) utilizar exclusivamente mão de obra familiar ou contratada até 15 dias/ano; b) usar sistemas de tração animal ou mecanizado; c) possuir, arrendar ou trabalhar em uma UP com área até um módulo fiscal; d) a UP não deve ter eletrificação, água encanada e instalação sanitária; e) a UP não deve possuir bens de luxo.

Assim, agricultura familiar é uma categoria social que surge das lutas dos movimentos sindicais que buscaram direitos e condições de sobrevivência no meio rural para os pequenos produtores. Estes pequenos produtores com pouca terra disponível são responsáveis pela maior parte dos alimentos produzidos no mundo.

Diante do contexto teórico apresentado sobre a agricultura familiar, cabe agora apresentar alguns dados estatísticos sobre esta categoria social no Brasil, no Rio Grande do Sul e posteriormente no município de Três Passos. Com tudo, utiliza-se

prioritariamente como fonte de dados o IBGE, através do Censo Agropecuário 2006 e o Censo Demográfico 2010.

1.3 Autoconsumo, Força de Trabalho e a Questão do Gênero na Agricultura Familiar

Nesta seção, apresentam-se as principais questões teóricas associadas à compreensão das funções desempenhadas pela produção para o autoconsumo na agricultura familiar, a força de trabalho e a questão do gênero, através de conceitos, processos e noções que buscam explicar sua importância no atual contexto de crise do modelo desenvolvimentista de produção agrícola.

Estudos realizados por Grisa (2007) demonstram o quanto a produção para o autoconsumo é importante na vida dos moradores do meio rural, pois é uma fonte de reprodução material e cultural das famílias de agricultores, possuindo relação com a autonomia dos mesmos, com a segurança alimentar, autoabastecimento alimentar. Segundo a autora, ao produzir para o autoconsumo as famílias diminuem a exposição mercantil e possuem uma fonte de renda não monetária, gerando estabilidade e segurança as mesmas.

Na mesma linha de pensamento Wedig (2009, p.53) considera que “o autoconsumo ocupa um lugar fundamental nas famílias de agricultores, pois garante boa parte da alimentação da família, atendendo não somente às necessidades fisiológicas, mas também às demandas culturais e aos hábitos alimentares da família”. Mas, segundo a autora (2009), essa produção não é valorizada e nem reconhecida, onde as lavouras para a comercialização são mais valorizadas.

Grisa, Conterato e Schneider (2012) ressaltam que, até um tempo atrás, a produção para o autoconsumo era interpretada em ambientes políticos e institucionais como um resquício do passado ou como algo que “sobrou da tradição”. No mesmo sentido, Gazolla e Schneider (2007, p.2) destacam “que a produção para o autoconsumo entre as famílias de agricultores revestia-se de um caráter atrasado ou antieconômico ou que se tratava de um enigma cujo esforço de elucidação não valeria a pena dada a sua

pequena relevância”. Os mesmo autores, ainda afirmam que “não é difícil encontrar técnicos e especialistas que sustentam que a manutenção da produção para o uso e consumo próprio atrapalha a formação do verdadeiro agricultor, entendido como aquele que se dedica a poucas atividades e busca ganhos de escala” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p.2).

Pelo fato de não render ganhos financeiros em grande escala, que a produção para o autoconsumo foi desaparecendo das propriedades rurais. Aqueles agricultores que ainda resistem produzindo para o consumo da família, são taxados por outros como atrasados, mas ninguém em momento nenhum perguntou para eles se realmente queriam produzir monocultivos, ou cultivos em larga escala, apenas foram estimulados e convencidos de que aquilo que não dá ganhos monetários deve ser abolido da propriedade.

A realidade do meio rural atualmente é muito complexa, pois quando ocorrem frustrações de safra inúmeras famílias que ao investiram em apenas um tipo de cultivo, acabam ficando sem renda, e conseqüentemente, sem condições de adquirir alimentos em quantidade suficiente para alimentação, fato que poderia ser evitado se houvesse o cultivo de produtos para o autoconsumo, ou uma variedade de cultivos, não deixando-os a mercê de apenas um cultivo.

É possível encontrar realidades no meio rural onde os agricultores compram feijão, verduras e legumes no mercado, tendo muitas vezes porções de terra disponíveis para estes cultivos, porém ainda é forte a ideia que naquele “pedacinho” de chão pode-se lucrar muito mais plantando soja, do que feijão para sua família consumir o ano todo. Existe, nesta situação, aquele pensamento fortemente impregnado pela Revolução Verde, de que se não for para vender não adianta plantar e muitos cultivos com isso se perderam, desapareceram, mas nem todos os agricultores deixaram de produzir para o consumo familiar, mantendo-os até hoje.

Grisa, Conterato e Schneider (2012, p.5) consideram a produção para o autoconsumo como a “produção destinada ao ciclo interno da unidade de produção, que acaba se autoaproveitando com produtos para a própria alimentação e outros usos do estabelecimento”. Os autores (2012, p.5) compreendem o autoconsumo como toda a “produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo, incluindo os produtos de origem animal, os produtos das lavouras permanentes e temporárias, da silvicultura, da floricultura, da extração vegetal e da agroindústria doméstica”.

Gazolla e Schneider (2007, p. 2) referem-se ao autoconsumo alimentar “como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo correspondente de acordo com as suas necessidades”. Os papéis que a produção para o autoconsumo desempenha na agricultura familiar, segundo Grisa, Conterato e Schneider (2012, p. 10) são

Manter a alimentação sob o controle da unidade familiar e contribuir para a segurança alimentar; diversificar os meios de vida; economizar recursos e potencializar o uso da força de trabalho e da terra; restabelecer a coprodução entre homem, trabalho e natureza; promover a sociabilidade; e, contribuir com a identidade social.

Para esses autores, os agricultores produzem alimentos e matérias-primas para o seu consumo e dos animais, diminuindo a dependência de insumos externos, satisfazendo suas necessidades e com os excedentes realiza trocas e comercializações. Desta forma, “os alimentos seguem da lavoura ou da criação para a casa, sem nenhum processo de intermediação que os tornem valores de troca” (Grisa, Conterato e Schneider, 2012, p.10). Através deste acesso direto a alimentação, o agricultor garante a segurança alimentar⁴ da família.

No entendimento de Grisa, Conterato e Schneider (2012), por serem destinadas ao autoconsumo, estas produções, geralmente são isentas de agrotóxicos e insumos químicos, utilizando-se produtos gerados na própria propriedade, como esterco, cinzas, restos de alimentos, que estão disponíveis, sem agredir o meio ambiente e não necessitando comprá-los.

Estes fatores geram economia para a família, que direciona sua força de trabalho para atividades que garantam alimentação de qualidade e sua sobrevivência, não extraindo o máximo produtivo da terra, que recebe através dos produtos naturais sua recomposição orgânica, sem contaminações químicas.

Este cuidado diferenciado que é realizado nas produções para o autoconsumo garante a coprodução reestabelecida onde ocorre uma reaproximação e uma reconexão

⁴ CONSEA (2004) define segurança alimentar e nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

do homem, através do trabalho com a natureza. Onde, além dos cuidados com a terra, as sementes também são colhidas e guardadas para ciclos produtivos seguintes e a utilização do saber-fazer, que traz toda uma cultura de conhecimentos e experiências acumuladas de geração em geração.

Os saberes, conhecimentos e experiências trocados promovem a sociabilidade das pessoas do meio rural através, principalmente, das trocas e doações de produtos do autoconsumo entre vizinhos, amigos e familiares. Estas ações fazem com que surjam sentimentos de reciprocidade, carinho e ajuda aos demais atores da comunidade, reforçando a reprodução social e autonomia das famílias.

Para Grisa, Conterato e Schneider (2012, p.16) “produzir para o autoconsumo significa mais que produzir comida para satisfazer necessidades biológicas, mas consiste em produzir alimentos que atendem a identidade social dos agricultores familiares”. Com isso, os autores associam a identidade do agricultor àquilo que ele produz, sendo um motivo de orgulho e honra poder consumir os frutos do próprio trabalho.

No que tange a diversificação dos meios de vida, os autores destacam que a diversidade das atividades gera renda, diminui a variabilidade e estabiliza a produção e os mercados, diminuindo também os riscos advindos dos fatores climáticos, financeiros e outras tensões. Uma vez que, tendo diversos cultivos e produções o agricultor consegue manter a segurança alimentar e nutricional da família, aumentar a autonomia e minimizar sua vulnerabilidade as ameaças do macroambiente.

Já fatores que ameaçam e estão reduzindo a produção para o autoconsumo, segundo Wagner, Marques e Menasche (2007) são: a falta de tempo em virtude da pouca mão de obra disponível para a realização dos trabalhos da propriedade; a idade avançada das pessoas, priorizando com isto a produção para a comercialização; o recebimento de aposentadorias; facilidade de acesso a mercados; a comodidade na aquisição de alimentos prontos; e, a mudanças nos hábitos. Menasche e Schmitz (2007) afirmam que esta diminuição na produção para o autoconsumo é ocasionada principalmente pela baixa produtividade, altos custos de investimento e facilidade de aquisição com vizinhos ou em mercados próximos.

Como há pouca mão de obra disponível, esta influencia na diminuição da produção para o autoconsumo, principalmente pela saída dos jovens para atividades agrícolas em outras propriedades e para atividades não agrícolas em cidades próximas, ou até grandes centros, buscando através destas obterem sua independência financeira.

Gaviria e Pezzi (2007) destacam que para obterem renda individual os jovens optam por trabalhar fora da propriedade dos pais, seja desenvolvendo atividades agrícolas em vizinhos ou não agrícolas em outros locais. Além de muitos jovens buscarem estudo, trabalho ou residência em áreas urbanas próximas, podendo muitas vezes, se as condições de infraestrutura das estradas e a distância permitirem voltarem para casa no final do dia.

O jovem tem deixado o meio rural com estímulos dos próprios pais, para conseguir a independência financeira, pois os pais consideram a vida no campo muito difícil, sofrida e com poucos retornos, não querendo desta forma a mesma realidade para os filhos. Fator este que é destacado por Wedig (2009) quando afirma que muitos agricultores incentivaram ou incentivam os filhos a irem para a cidade, saindo do trabalho “pesado” da agricultura. Estes são induzidos pela propaganda de que na cidade a vida é mais fácil, ou menos árdua que na roça, possibilitando a continuação dos estudos e uma futura vida melhor, determinando a saída definitiva do campo.

Além disso, uma grande parcela de filhos, busca fora da propriedade à independência que os pais não permitem na propriedade, pois enquanto são vivos os pais são os que tomam as decisões frente à propriedade, não deixando espaço para os filhos, fazendo com o que os mesmos se desmotivem a continuar trabalhando para nunca poderem colocar em prática novas ideias, além de sempre precisarem estar pedindo dinheiro para os pais e depois terem que dar satisfação do destino do dinheiro.

Uma forma encontrada por muitas famílias reside em deixar alguma produção sob a responsabilidade do filho, tanto para lucros quanto para investimentos, fazendo com que conquistem a independência sobre aquela produção, não necessitando prestar conta aos pais, desde que tudo ande e funcione. Essa situação normalmente só acontece com os rapazes, pois para as moças que conforme Gaviria e Pezzi (2007) apenas ajudam na agricultura e limitam-se mais as atividades da esfera doméstica, restam poucas alternativas, pois a herança da propriedade é passada para os homens, fazendo surgir à necessidade de buscarem fora da propriedade uma forma de conquistar independência.

Este fator faz com que diminuam muito as mulheres-jovens no meio rural, fazendo surgir um novo problema relacionado aos homens-jovens que ficam sem mulher para casamento. Com isso, Gaviria e Pezzi (2007, p. 43) ressaltam que “as jovens manifestam clareza na definição dos projetos para o futuro: pensam-no fora das atividades da lavoura, ficando por analisar se isso significa também um futuro fora do modo de vida rural”. As mesmas autoras (2007, p. 44) conceituam jovens como “(...)

aqueles atores sociais que compõem a unidade doméstica na posição de filhos (as), sob a autoridade dos pais. São rapazes e moças, solteiros, cujas idades oscilam entre 14 e 32 anos”.

As autoras ainda ressaltam que nem sempre os jovens conseguem adquirir independência financeira das famílias com os trabalhos nas cidades, pois estes enfrentam obstáculos relacionados ao baixo nível de escolaridade, escassez de recursos financeiros para dar continuidade aos estudos, falta de oportunidades nas cidades, e às vezes, o trabalho não compensa em termos financeiros (GAVIRIA e PEZZI, 2007).

A renda auferida fora da propriedade lhes garante segundo Gaviria e Pezzi (2007) a libertação do domínio exercido pelos pais em suas vidas, principalmente no que tange o destino do dinheiro que possuem, possibilitando a aquisição de bens de consumo valorizados por pessoas da mesma faixa etária, marcando a transição de um ciclo entre a dependência financeiras dos pais e a própria independência.

Desta forma a questão do gênero na agricultura conquista seu espaço, devido aos diferentes papéis que são atribuídos a homens e mulheres. Para Wedig (2009, p.51) “as diferenças de gênero são construídas socialmente, indo além das diferenças biológicas”. A autora conceitua gênero como uma construção social do sexo, que distingue homens e mulheres na dimensão biológica e social. Já no que tange a divisão sexual do trabalho, a autora considera que em diferentes sociedades existe uma divisão diferente, neste sentido é a cultura que caracteriza as atividades como femininas ou masculinas.

Wedig (2009, p.52) afirma que “pesquisas realizadas em diversos contextos no meio rural brasileiro têm apontado que as mulheres desempenham importante papel na produção de alimentos voltados para o autoconsumo”. No mesmo sentido, Zanetti e Menasche (2007) destacam que a produção para o autoconsumo é predominantemente realizada pelas mulheres, então se cada vez menos jovens-mulheres estão ficando no meio rural a tendência é de uma diminuição ainda maior desta produção? Ou será que os homens tomarão a frente da produção para o autoconsumo?

As mulheres no trabalho agrícola, segundo Zanetti e Menasche (2007), não manipulam insumos químicos, pois normalmente nas produções voltadas ao autoconsumo não o são utilizados. As funções realizadas pelas mulheres dizem respeito principalmente: a preparação das refeições, as atividades domésticas como limpeza e manutenção da casa, lavagem de roupas, cuidados da horta e de pequenos animais domésticos.

Zanetti e Menasche (2007) destacam ainda que, em propriedades onde existem mulheres de mais idade (em torno dos 60 anos), a prática da produção para o autoconsumo permanece presente, pois com a aposentadoria dedicam mais tempo a pequenos cultivos, não atuando mais ativamente na produção para a comercialização. Grande parte dos aposentados que vivem no meio rural arrendam suas propriedades para os mais jovens plantarem, recebendo apenas uma parcela pelo arrendamento, cultivando nos arredores da casa os cultivos para autoconsumo.

Brumer (2004) considera que diversos estudos realizados sobre a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres, as crianças e os jovens ocupam uma posição subordinada e seu trabalho é considerado como ‘ajuda’, mesmo quando trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. Já Wedig (2009) afirma que os diferentes papéis atribuídos aos homens e mulheres ultrapassam as diferenças biológicas, elas variam de sociedade para sociedade e estão em constante mudança. Sobre a divisão do trabalho Brumer (2004, p.211) ainda destaca que

O desenvolvimento de atividades que requerem maior força física, como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores, fazer cerca e utilizar máquinas agrícolas de grande porte, por exemplo, são funções do homem; para a mulher, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas a casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve.

Grisa (2007) também considera que existe uma divisão na elaboração das tarefas, onde a mulher está ligada as funções domésticas e os homens estão ligados às funções do “roçado”, sob a responsabilidade de produção para a subsistência da família, incluída a própria produção para o autoconsumo. Da mesma forma, a autora (2007) distingue o caráter de ‘pesado’(como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio) do ‘leve’ (realizados na esfera doméstica) são, por sua vez, relativos e culturalmente definidos.

Em síntese, Grisa (2007) evidencia a posição subordinada das mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuário, como ajuda, “sem contato com os públicos externos; elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário; elas não administram os recursos originados com a venda da produção” (BRUMER, 2004, p.211).

Na sequência, Brumer (2004, p.211) considera que as atividades executadas pelas mulheres, crianças e jovens no meio rural, dizem respeito “à limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos; processamento dos produtos agrícolas; cuidado de animais (alimentação, limpeza e ordenha); trabalhos da horta, principalmente os destinados ao consumo da própria família”. Mas, a mulher possui a autonomia e o poder na esfera doméstica onde recebe auxílio somente dos filhos, tomando as decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico, e, vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata, e outros, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos dali obtidos.

Neste sentido, Brumer (2004) chama a atenção para o fato do uso de máquinas nas atividades agrícolas que também influenciou a diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura. E a utilização do maquinário normalmente é responsabilidade do homem, como também a administração dos recursos oriundos da atividade agropecuária, o processo decisório de investimentos, as capacitações, o contato com os técnicos agrícolas e a participação em associações, cooperativas e sindicatos. Já a participação da mulher e dos outros membros da família, acontece “apenas nas despesas destinadas ao consumo doméstico ou nas despesas referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo” (BRUMER, 2004, p.213).

Com isso, é possível perceber que o papel da mulher fica relegado a um segundo plano em quase tudo, tendo apenas autonomia na esfera doméstica. O trabalho do homem é considerado muito mais importante, pois gera mais ganhos financeiros, mas se ele tivesse que fazer tudo o que a mulher faz antes de para a lavoura auxilia-lho valorizaria mais o trabalho da mulher.

1.4 Desenvolvimento Rural

O desenvolvimento rural, impulsionado pela revolução verde, por muito tempo foi visto como sinônimo da modernização através de novos insumos e maquinários agrícolas e do incremento e crescimento da produtividade. Porém, com o passar do tempo, percebeu-se que esse modelo de desenvolvimento não era eficiente para os

agricultores que, em sua maioria, buscando se adaptar a este novo modelo, acabaram se endividando e dificultando sua estadia no campo.

Desta forma, é necessário trazer aqui alguns vertentes de pensamento sobre o desenvolvimento rural, para melhor entender esse processo de transformação. Para Ploeg (2000), a noção de desenvolvimento rural surgiu através da luta sociopolítica e debate, sendo fruto de um processo com multi atores, em multi níveis e multi facetado. O autor faz referência aos diversos níveis do desenvolvimento rural que partem das tradições históricas, para todos os demais aspectos envolvidos num contexto em constante evolução.

O primeiro nível analisado por Ploeg (2000) é o das interações entre a agricultura e a sociedade, onde é necessário haver uma reestruturação geral da economia para que a agricultura atenda satisfatoriamente as demandas do mercado. Em segundo lugar o autor considera que é preciso pensar um novo modelo de desenvolvimento para o setor agrícola, que leve em consideração as expectativas da sociedade em geral e os interesses e perspectivas da sociedade agrária. Neste nível ocorre um processo de sinergia que envolve ecossistemas locais e regionais, numa coesão entre atividades, que desenha um modelo de desenvolvimento agrícola diferente do paradigma da modernização que promovia a especialização da produção agrícola, sendo que o novo modelo prevê a segregação da agricultura com outras atividades rurais, com benefícios mútuos entre as diferentes atividades.

Terceiro, o desenvolvimento rural pode ser operacionalizado no nível da exploração individual, quando surge uma redefinição de identidades, estratégias, práticas, inter-relações e redes. Essa redefinição repousa em um repertório cultural historicamente enraizado, mas marginalizado. Reaparece a sinergia, onde ocorre a coordenação e alocação da mão de obra familiar entre as atividades diferentes pluriativas (agrícolas e não-agrícolas).

Quarto, o desenvolvimento rural deve ser definido ao nível do campo e seus atores (econômicos), levando em consideração, o desenvolvimento de novas formas e mecanismos para coordenação e gestão de conflitos, pois na medida em que novas formas de atividades emergirem a competição pelo acesso a oportunidades e recursos em novas áreas, a produção de produtos de alta qualidade e especialidades regionais, irá se intensificar. “Qualquer busca de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura deve continuar a partir de uma análise cuidadosa das novas formas de

cooperação e contradições que surgem entre os agentes econômicos agrícolas e não-agrícolas” (PLOEG, 2000, p.393).

Quinto, há o nível de políticas e instituições. Diferentes políticas e programas, precisam gerar sinergia entre eles e as especificidades regionais. Cabe destacar aqui, que não adianta pensar num modelo de desenvolvimento rural de dentro de um escritório sem ir a realidade rural, bem como, não adianta apenas identificar as necessidades dos agricultores se estas não atendem as demandas do mercado consumidor, é necessário que haja sinergia como ressalta Ploeg, para que as políticas públicas atinjam seus objetivos.

Finalmente, o desenvolvimento rural é multifacetado na natureza. “Ele desdobra-se em uma ampla gama de práticas diferentes e por vezes interligadas, como a gestão da paisagem, a conservação dos novos valores da natureza, agro-turismo, a agricultura biológica e a produção de produtos de alta qualidade e de região específica” (PLOEG, 2000, p. 394). No novo modelo de desenvolvimento rural sugerido por Ploeg todos os fatores realçam sua devida importância, seja o ator social, seja a paisagem, ou seja a produção e a forma de trabalho realizado pelo trabalhador.

Neste sentido, segundo o autor novas práticas de desenvolvimento rural ganham força, alicerçadas “num conjunto de estratégias de subsistência emergentes, desenvolvidas por famílias rurais na tentativa de aumentar o 'pool' de bens de subsistência à sua disposição”. Para o autor, o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços associados a novos mercados, novas formas de redução de custos através da elaboração de novos trajetórias tecnológicas que levem em consideração as necessidades e expectativas da sociedade em geral, e a produção e reprodução de, bases específicas de conhecimento associadas. “Portanto, o desenvolvimento rural implica também numa reconstrução da agricultura e do campo e seu realinhamento com a sociedade e cultura europeia” (PLOEG, 2000, p.396).

Para este novo modelo de desenvolvimento é necessário haver uma reconfiguração dos recursos rurais, onde terra, trabalho, natureza, ecossistemas, animais, plantas, artesanato, redes, mercado parceiros e as relações cidade-campo, são reformulados e recombinaos. Ploeg (2000, p. 398) ressalta que:

No contexto do paradigma da modernização estes tipos de recursos são considerados cada vez mais obsoletos e externos à produção agrícola. É, portanto, claro que existe uma necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que pode ajudar a esclarecer como as novas bases de

recursos são criados, como o irrelevante é transformado em um valor e como, depois de combinar com outros recursos, orientam os emergentes para novas necessidades, perspectivas e interesses.

O autor também destaca que outra tendência do novo modelo de desenvolvimento rural que é a “exploração do novo e a revalorização do velho”, levando-se em consideração o acesso aos recursos e a experiência dos agricultores, ressurgindo com isso a resistência camponesa. No mesmo sentido, Schneider (2004) também considera que na nova abordagem do desenvolvimento rural os agricultores mudam suas práticas produtivas do padrão agricultor-empresário, para um modelo de um agricultor-campones, que é autônomo, domina as tecnologias, toma decisões, controla e faz a gestão de processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar.

Diante disto, Schneider, Conterato e Waquil (2008) consideram que o desenvolvimento rural deve ser interpretado como um conjunto de ações visando reduzir a vulnerabilidade dos atores e das famílias, reorientando as práticas para uma menor dependência em relação aos agentes externos, resultando em uma maior autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento do leque de ações e estratégias. Esta nova forma de pensar o desenvolvimento rural deve levar em consideração os múltiplos níveis da nova abordagem do desenvolvimento rural, sugerida por Schneider (2004, p.95,96), apoiados em seis mudanças gerais relacionadas aos limites e problemas gerados pelo modelo agrícola produtivista (assentado nos princípios da “revolução verde”), que estariam em fase de superação, sendo eles

1º crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade; 2º necessidade urgente de definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas; 3º desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, estimulando à pluriatividade; 4º modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os autores locais; 5º desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições; 6º considerar as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos.

Com isso, Schneider (2004, p.94) aponta quatro elementos chaves do debate sobre o desenvolvimento rural, sendo eles “a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental”. Da mesma forma,

Kageyama (2005) destaca que o desenvolvimento rural refere-se a uma base territorial, local ou regional, havendo interação de diversos setores produtivos e de apoio, combinando aspectos econômicos, sociais e a diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). Schneider, Conterato e Waquil (2008, p.165) consideram que:

O desenvolvimento rural, por sua vez, deve ser entendido como um movimento na direção de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, buscando a valorização crescente das economias de escopo em detrimento das economias de escala, o fortalecimento das sinergias com os ecossistemas locais, sempre buscando superar o paradigma da modernização da agricultura.

Ao se pensar o desenvolvimento rural nos anos 70, Navarro (2001, p.88) afirma que o mesmo “incluía a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos para aumentar a produtividade e elevar a renda dos produtores”. Hoje, segundo o mesmo autor, o desenvolvimento rural precisa levar em consideração a melhoria do bem-estar das populações rurais e não apenas focar a produção.

E neste sentido, Navarro (2001, p.88) considera que “o conceito de desenvolvimento rural, altera-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais”. Com isso, Kageyama (2005, p.7) aborda elementos que favorecem o desenvolvimento rural sendo eles

A integração mercantil com cidades da própria região, a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado e o dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades terciárias, favorecendo o desenvolvimento das comunidades rurais adjacentes; a pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção da população rural e redução do êxodo rural; a diversidade das fontes de renda, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade da renda; a existência de programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, que permitem reduzir as migrações; a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo, etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas.

Já se referindo a temática da agricultura familiar, os estudiosos voltam sua visão para a questão do desenvolvimento rural a partir do produtor, e não mais de sua produção. Como é o caso de Sérgio Schneider (2006, p.9) que afirma “que o desenvolvimento rural é tributário dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores conseguem viabilizar suas condições de vida e criar espaço para garantir sua reprodução material, social, política e identitária”.

Com isto, Schneider (2006, p. 10) considera que a base para um modelo de desenvolvimento rural seria formado pela agricultura camponesa, através da “ampliação da autonomia dos atores envolvidos sem deixar de gerar crescimento econômico, permitindo que o conjunto da sociedade se beneficie da riqueza produzida”. E, uma das formas de autonomia diz respeito à produção de alimentos para o autoconsumo familiar, que garante a subsistência de muitas famílias. O mesmo autor, ainda afirma que, nos últimos anos os estudos rurais sobre as formas familiares de produção e a relação com o desenvolvimento rural têm avançado bastante.

Com isso, foi possível perceber que o novo modelo de desenvolvimento rural que está surgindo, terá seu foco mais voltado a valorização do ator social, dos meios de produção internos das propriedades, do meio ambiente e do ecossistema, gerando ganhos financeiros de outras formas, talvez pluriativas, ou que valorizem mais o local rural ao invés da exclusiva produção em grande escala de commodities.

1.5 Caracterização da Agricultura Familiar

Neste momento o estudo se propõe a apresentar alguns aspectos da agricultura familiar no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Três Passos.

1.5.1 Alguns Aspectos da Agricultura Familiar no Brasil

O Brasil caracteriza-se por ser um país com grande número de pequenas e médias propriedades, fato observado a partir do Censo Agropecuário de 2006, onde foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupando uma área de 75,7%. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

Em nível nacional, se destaca a produção de algumas culturas como 87,0% da produção de mandioca, 70,0% de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. Chama-se a atenção à produção da soja que possui a menor participação da agricultura familiar com 16,0%, mostrando desta forma sua inviabilidade na pequena propriedade.

Já no que se refere à mão de obra na agricultura familiar, esta é composta em sua maioria por pessoas experientes com 10 anos ou mais de direção nos trabalhos (62,0%). Os estabelecimentos dirigidos por pessoas com menos de cinco anos de experiência representam apenas 20,0% da agricultura familiar. Outro fator importante destacado diz respeito aos estabelecimentos dirigidos por mulheres que totalizam pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%), sendo maior que na agricultura não familiar que representa 7,0%.

Também chama-se a atenção ao fato de 909 mil ocupados da agricultura familiar possuírem menos de 14 anos de idade, destes, 507 mil homens e 402 mil mulheres. Entre os 12,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, 11 milhões, ou seja, 90,0% tinham laços de parentesco com o produtor, destes 8,9 milhões residiam no próprio estabelecimento (81,0%), enquanto outros 2,1 milhões de pessoas se ocupavam no estabelecimento, mas residiam fora deste.

No que tange as receitas das propriedades apenas três milhões (69,0%) de produtores familiares declararam ter obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006, totalizando uma média de R\$13,6 mil, ou seja, quase um terço da agricultura familiar declarou não ter obtido receita naquele ano. A principal fonte de receitas é a venda de produtos vegetais (67,5%), seguida da venda de animais e seus produtos, que representam mais de 21,0% das receitas obtidas nos estabelecimentos. Outras formas de receitas são a "prestação de serviço para empresa integradora" e de "produtos da agroindústria" familiar.

Mais de 1,7 milhão de produtores familiares declararam ter percebido outra receita além daquela obtida no estabelecimento, especialmente as advindas de aposentadorias ou pensões (65,0%) e salários com atividade fora do estabelecimento (24,0%). O valor médio anual destas receitas foi de R\$ 4,5 mil para a agricultura familiar, fortemente influenciado pelas aposentadorias e pensões, com valor médio mensal de R\$ 475,27. Mais de R\$ 5,5 bilhões chegaram aos produtores familiares por meio de aposentadorias, pensões e programas especiais dos governos em 2006.

Com isso, foi possível perceber a importância da agricultura familiar à nível nacional, onde a mesma é responsável pela produção de diversos alimentos, emprega inúmeras pessoas gerando renda para as mesmas.

1.5.2 Alguns Aspectos da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul

A evolução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul é fortemente marcada pela chegada dos imigrantes europeus no estado. Estes por sua vez, segundo Brum e Trennepohl (2004), receberam suas primeiras propriedades por meio de doação e, a partir de 1875 deviam ser compradas, geralmente com cinco anos para pagar, os lotes eram inicialmente de 77 hectares, diminuindo para 48 hectares e de 1875 em diante uma colônia ficou composta por 25 hectares. Os autores ainda descrevem alguns traços da agricultura familiar no trecho a seguir

Na pequena propriedade familiar, vencidas inúmeras dificuldades, sobretudo nos primeiros anos, cultivava-se variada policultura (milho, trigo, feijão, arroz, mandioca, abóbora, cana-de-açúcar, centeio, aveia etc.). No início, principalmente para a subsistência e, progressivamente, também para o mercado. A par da lavoura, havia a criação de aves e animais domésticos e para o trabalho, como galinhas, suínos, gado vacum e cavalos, que forneciam ovos, carne, leite, queijo, nata e manteiga para a mesa geralmente farta, além de energia para a preparação da terra, transporte e lazer. “Essa agricultura familiar caracteriza-se pela utilização intensiva dos recursos naturais, fertilidade natural do solo e mão de obra direta, em que a produção se destinava basicamente para a alimentação da família e o excedente era comercializado” (BRUM e TRENNEPOHL, 2004, p.25-26).

Este modelo de agricultura predominou até a metade do século XX, entrando em crise, sendo substituído por um novo modelo mais moderno de agricultura, provocando

transformações profundas na realidade rural brasileira. Esse processo segundo os autores (2004, p. 27) “compreende mudanças nos métodos e técnicas de produção, na utilização de máquinas, equipamentos e insumos químicos, e nas relações sociais de produção”. Esse processo de modernização foi chamado de Revolução Verde, sendo assim caracterizado

A “Revolução Verde” tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através desta imagem humanitária ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização (BRUM, 1988, p.44).

Desta forma, a modernização se tornou conservadora, pois consolidou a estrutura agrária injusta do passado, aprofundou a internacionalização da economia, agravou a dependência e beneficiou apenas uma minoria de agricultores que se estruturaram empresarialmente. Os autores ainda destacam que “num primeiro momento, os pequenos proprietários rurais foram progressivamente marginalizados, mas, nas décadas de 70 e 80, também foram atingidos os médios agricultores” (BRUM e TRENNEPOHL 2004, p. 29).

Com isso, o agricultor teve que acompanhar a modernização, pois com as terras esgotadas pelo uso intenso sem reposição da matéria orgânica produzindo cada vez menos, a descapitalização, a exploração dos preços e sem apoio oficial do estado, recorreu ao crédito subsidiado, se endividando.

Na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, os incentivos e garantias eram inicialmente destinados à produção de trigo, depois também a soja, levando ao abandono do policultivo, tendo a partir da década de 1970 optado por outros cultivos e pela criação de animais. Brum e Trennepohl (2004, p.31) ressaltam que “os primeiros tropeços da soja ocorreram em 1978 e 1979, quando duas estiagens seguidas reduziram a colheita. Seguiram-se problemas de mercado e preços, a retirada de subsídios do governo federal ao crédito rural, fertilizantes, máquinas e outros insumos”.

Esta frustração de safra sofrida pelos agricultores obrigou-os a rever caminhos e buscar outras alternativas, adaptando-se a outros cultivos para se manter no meio rural.

Neste momento, começa a ser introduzida com força no meio rural desta região do estado, a produção de fumo, seguida pela produção de milho, e, aos poucos o gado leiteiro também ganha força nas pequenas propriedades rurais, que percebem no ganho mensal da produção de leite uma forma de sobreviver.

No entendimento de Brum e Trennepohl (2004), o processo de modernização mercantilizou a produção, que antes era destinada a subsistência do agricultor e sua família, comercializando apenas os excedentes, passa a ter a partir de então um foco voltado para produção daquilo que podia ser comercializado ao invés de ter uma parcela para o consumo e depois comercializar as sobras. Com tudo, hoje os traços da mercantilização são demonstrados em números, quantificados em volume de produção por safra, aumento da quantidade produzida, produtividade constante. Neste sentido, apresentar-se-á neste momento alguns dados sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, tendo como fonte o Censo Agropecuário de 2006.

O Rio Grande do Sul possui 20.199.489 hectares com 441.467 estabelecimentos rurais, destes 6.171.622 hectares, ou seja, 30,55% da área total do estado são ocupados por 378.546 agricultores familiares, ou seja, 85,75% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares e 14.027.867 hectares, ou seja, 69,45% da área total do estado são ocupados por 62.921 agricultores não familiares, ou seja, 14,25% estabelecimentos.

Se compararmos com o Brasil, o estado do Rio Grande do Sul segue no mesmo rumo, onde uma grande quantia de estabelecimentos rurais ocupam uma pequena quantia de terra, e uma pequena quantia de agricultores não familiares dominam quase 70% da área agricultável do estado.

No Rio Grande do Sul, a produções vegetais que mais se destacam são:

Quadro 1: Produções vegetais no Rio Grande do Sul

Produções vegetais	Quantidade de estabelecimentos	Quantidade de hectares	Quantidade produzida
Arroz em casca	7.177	99.736	575.435.329 kg
Feijão preto	95.120	268.809	89.068.762 kg
Feijão de cor	13.347	9.853	17.243.409 kg
Mandioca	125.245	80.750	539.751.753 kg
Milho em grãos	226.311	908.615	3.480.534.741 kg
Soja	89.047	1.248.798	2.663.493.931 kg
Trigo	14.382	170.696	240.684.137 kg

Fonte: Dados do IBGE, 2006.

Já na pecuária destacam-se:

Quadro 2: Pecuária no Rio Grande do Sul

Pecuária	Quantidade de estabelecimentos	Quantidade

Bovinos	283.768	4.063.020 cabeças
Leite de vaca	183.249	2.079.863.338 litros
Aves	263.230	113.508.631 cabeças/ 74.253.097 dúzias de ovos
Suínos	209.282	3.942.427 cabeças

Fonte: Dados do IBGE, 2006.

1.5.3 Três Passos: Breve Histórico e Caracterização da Agricultura

Conta à história que Três Passos recebeu este nome em virtude dos três córregos que aqui existiam, estes por sua vez, forneciam água potável abundante aos homens e animais que por ali passavam. Mas, a colonização desta terra aconteceu a partir de 1919, com a chegada dos primeiros colonos descendentes de alemães, vindos de Chapada e de Tapera. Hoje as três vertentes localizam-se no centro da cidade, e como tal estão devidamente demarcadas.

O município de Três Passos foi criado em 28 de dezembro de 1944, sob decreto lei nº 716, assinado pelo general Ernesto Dornelles, sendo o 92º município do estado do Rio Grande do Sul. O município localiza-se no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com uma população formada atualmente de uma miscigenação de etnias, com predominância alemã e italiana.

Segundo dados do Censo Demográfico IBGE 2010, o município possui 23.965 habitantes, sendo destes 19.060 da área urbana e 4.905 da área rural, em uma área territorial de 268,396 km² e pertence ao bioma mata atlântica, que se estende desde o Rio Grande do Sul até o nordeste brasileiro.

O meio rural do município é dividido em cinco distritos, sendo eles: Distrito da Floresta, Distrito de Bela Vista, Distrito de Padre Gonzales, Distrito do Erval Novo e Distrito de Santo Antonio. Cada distrito possui uma Associação de Desenvolvimento Rural e um técnico agrícola responsável pelo mesmo. A seguir o mapa do município de Três Passos dividido nos distritos e associações:

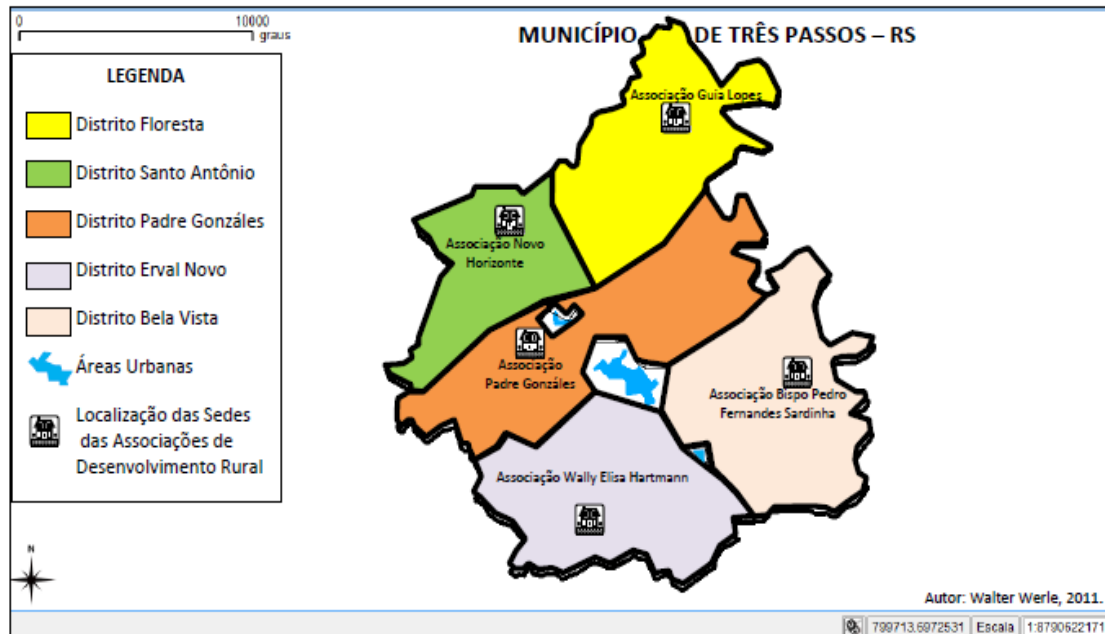


Figura 1: Município de Três Passos subdivisão entre distritos
 Fonte: WERLE, Walter, Secretaria do Meio Ambiente, 2011.

Cabe aqui inicialmente destacar que todas as informações referentes aos distritos foram conseguidas na Secretaria Municipal de Agricultura de Três Passos, em entrevista realizada em 2011 com os técnicos agrícolas dos respectivos distritos.

O **Distrito da Floresta** apresenta uma superfície total de 3.800 hectares, com um relevo de bastante declive em quase toda a sua extensão, dificultando o uso de tecnologias avançadas. Ele faz divisa entre os municípios de Derrubadas, Esperança do Sul e Tenente Portela, localiza-se ao norte da sede do município.

Em 2011, viviam no Distrito 264 famílias, totalizando 757 pessoas. Destas 98% são da etnia alemã e 2% são da etnia italiana. O nível de escolaridade do distrito é composta da seguinte forma: 534 pessoas possuem ensino fundamental incompleto a maioria até a quinta-série; 61 pessoas com o ensino médio completo; 40 pessoas cursando o ensino médio; 88 pessoas cursando o ensino fundamental; e 34 menores de cinco anos, que ainda não estão em idade escolar. As rendas não agrícolas são substanciais no distrito, pois contabilizam 90% possuem no mínimo uma pessoa aposentada na família.

A renda do distrito é basicamente composta pela produção leiteira, onde 146 famílias, mais da metade das famílias do distrito produzem leite, anualmente chegam a produzir quatro milhões de litros. Estes quatro milhões de litros são os comercializados, mas cada família que produz não deixa de consumir o produto diariamente. A suinocultura anualmente vem ganhando força no município, não seria diferente no

distrito da Floresta, onde 18 famílias já possuem instalações aptas para a criação e engorda de suínos. A integradora com a qual os agricultores trabalham permite que em cada lote de suínos sejam abatidos dois para o consumo na propriedade.

A produção de milho está presente em 90% das propriedades do distrito, o qual é utilizado em grande parte para alimentação do gado leiteiro e aves, sendo que o excedente é vendido no comércio local. A produção de soja e trigo corresponde a 25%, estes agricultores persistem na cultura por terem um relevo que ainda permite este tipo de produção que exige uso de tecnologias mais avançadas de maquinários, insumos, fertilizantes e agrotóxicos para produtividade. Já o fumo é cultivado nas áreas com mais declive, não sendo necessária à utilização de maquinários, mas sim o próprio trabalho braçal, ou de tração animal. Diante disto, 130 famílias cultivam o fumo no distrito, sendo o distrito com a maior produção de fumo.

O Distrito de Bela Vista é o maior distrito em extensão, com 6.000 hectares, também possui o maior número de famílias, num total de 450 famílias. Com um relevo diversificado onde na costa do Rio Turvo existe grande declividade impossibilitando, desta forma, o uso de tecnologias modernas trabalha mais voltado a tração animal e braçal, mas na parte superior do distrito, mais próximo a sede do município as terras são planas, facilitando o uso de tecnologias modernas, com muitos maquinários de última geração. O distrito de Bela Vista faz divisa com os municípios de Tenente Portela, Miraguaí e Bom Progresso, localizado mais ao leste da sede do município.

Neste distrito predomina a etnia alemã, com a presença de algumas famílias de caboclos, devido principalmente o fato de este distrito fazer divisa com o município de Tenente Portela e Miraguaí onde se localiza a Reserva Indígena do Guarita. O nível de escolaridade é baixo, pois 80% da população possuem apenas o ensino fundamental incompleto. As rendas não agrícolas totalizam 55% das famílias, pois 250 famílias possuem pelo menos uma pessoa aposentada na propriedade.

A renda do distrito é basicamente composta pela produção leiteira, onde em 350 famílias existe a produção, ou seja, em quase 78% das propriedades existe a produção leiteira com foco voltado para a comercialização, sendo também consumido diariamente nas famílias. A suinocultura esta presente em 35 famílias, onde o foco principal é a comercialização, sendo que o consumo de dois suínos por lote é permitido pela integradora.

A produção de milho está presente em 90% das propriedades, principalmente para o consumo dos animais, aves e a comercialização de excedentes. A soja e o trigo

são produzidos por 25% das famílias que a utilizam basicamente para a comercialização. Já a produção de fumo está presente em 100 propriedades, com uso exclusivo para comercialização.

O **Distrito de Padre Gonzales** possui 400 famílias, destas, 250 trabalham com a bovinocultura de leite, 44 com a suinocultura, 90% produzem milho, 25% produzem soja e trigo e 17,5% produzem fumo. Este distrito faz divisa com os municípios de Tenente Portela e Crissiumal, localizando-se mais a oeste e leste da sede do município, ou seja, atravessa de ponta a ponta o município. Com um relevo mais plano favorecendo o cultivo de grãos é um dos distritos que se destaca neste cultivo, com alto uso de tecnologias modernas. Existem áreas de declive acentuado mais próximas ao município vizinho de Crissiumal, com menor uso tecnológico, devido ao relevo. De tudo que é produzido no distrito, o leite, suínos e milho são utilizados na subsistência das famílias e a comercialização é predominante de todos os cultivos e criações.

O **Distrito do Erval Novo** possui 130 famílias, o menos populoso do município, com predominância da etnia alemã, localizando-se mais ao sul da sede do município. Destas 130 famílias, 57 produzem leite para o consumo e comercialização. Na suinocultura 09 propriedades são integradas. A produção de milho como em todos os distritos é grande, atingindo 90% das propriedades que o utilizam para a alimentação dos animais e as sobras são comercializadas.

A produção de soja e trigo se iguala em todos os distritos, mas a produção total diferencia devido à quantidade de propriedades. Neste caso 25% das famílias produzem soja e trigo. O distrito do Erval Novo faz divisa entre os municípios de Crissiumal, Humaitá e Bom Progresso.

O **Distrito de Santo Antônio** apresenta uma superfície total de 2.350 hectares, fazendo divisa entre os municípios de Esperança do Sul, Tiradentes do Sul e Crissiumal, localiza-se mais ao oeste da sede do município, com predominância da etnia alemã. Sua população é de 179 famílias, destas 57 trabalham com a bovinocultura de leite, 09 com a suinocultura, 90% produzem milho, 12% produzem soja e trigo e 18 famílias produzem fumo.

O distrito de Santo Antonio é o que possui menor porcentagem de agricultores que ainda plantam soja e trigo, sendo influenciado pelo forte declive que existe no distrito impossibilitando o uso intensivo de maquinários, devido este fato que é baixa a tecnologia utilizada. Existem também áreas mais planas nas proximidades da sede do município onde é possível um alto uso tecnológico.

As rendas não agrícolas de aposentadorias existem em 94 famílias. O nível de escolaridade do distrito em 2011 estava assim dividido: 60% ensino fundamental incompleto, 20% ensino fundamental completo, 15% estão cursando ensino médio, 5 % ainda não estão em idade escolar.

Estes foram alguns dados sobre o meio rural do município de Três Passos. Voltando às informações gerais do município, pode-se destacar que o principal motor da economia é o setor de serviços, que gerou em 2010 segundo o IBGE, um montante de R\$226.247,00, seguido pela indústria que gerou R\$85.170,00 e pela agropecuária que gerou R\$41.802,00. O município segue a mesma tendência do estado e do país, onde de igual maneira o setor de serviços é o que gera maior renda, seguido da indústria e pecuária.

Os estabelecimentos agropecuários de Três Passos ocupam 25.023 hectares, destes 23.338 hectares são dirigidos por homens e 1.685 por mulheres. A maioria das pessoas do meio rural do município possui de 45 a 65 anos totalizando 764 pessoas, de 35 a 45 anos existem 287 pessoas e 219 possuem mais de 65 anos (todos estes possuem ensino fundamental incompleto). Deste total, a maioria são homens, ou seja, 1258, destes 694 possuem de 45 a 65 anos, todos estes com ensino fundamental incompleto, 270 homens possuem de 35 a 45 anos.

As mulheres com ensino fundamental incompleto são a maioria, ou seja, 121, 10 possuem ensino fundamental completo e oito possuem ensino médio completo, sendo que a maior concentração em faixa etária é entre 45 e 65 anos.

No Censo Agropecuário de 2006, Três Passos possuía 1793 estabelecimentos agropecuários, destes 85,67% são ocupados pelos próprios proprietários, 8,48% são arrendatários, 2,24% são parceiros, 2,79% são ocupantes e 0,28% são produtores sem área.

As produções que mais se destacam são: 1106 estabelecimentos possuem produções de lavouras temporárias, 650 possuem produção de pecuária e criação de outros animais, 506 criam bovinos, 349 cultivam outros produtos da lavoura temporária, 304 cultivam cereais, 270 cultivam soja e 165 cultivam fumo.

As terras são desta forma utilizadas: 13.317 hectares em lavouras temporárias; 2.643 hectares matas e ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal; 2.097 hectares de pastagens naturais; 1.526 hectares de matas e ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agro florestais); 1.243 hectares terras inapropriadas para agricultura ou pecuária (pântanos,

areais, pedreiras, etc.); 959 hectares em construções, benfeitorias ou caminhos; 898 hectares com pastagens plantadas em boas condições; 693 hectares com tanques, lagos, açudes e ou área de águas públicas para exploração da aquicultura; 593 hectares de lavouras plantadas com forrageiras de corte; 438 hectares de lavouras permanentes; 288 hectares de matas e ou florestas plantadas com essências florestais; 230 hectares de sistemas agro florestais, cultivados com espécies florestais também usadas para lavouras e pastejo por animais; 71 hectares de pastagens plantadas degradadas; e, 48 hectares com terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.).

Em 2006, 1.263 estabelecimentos agropecuários produziram leite; 7.058 vacas foram ordenhadas; 15.813 litros de leite de vaca foram produzidos; 132.000 litros de leite cru foram beneficiados. Do total de 1.263, 1.029 estabelecimentos venderam leite cru naquele ano, totalizando 15.108 litros, que geraram um valor de venda de R\$5.799,00. Outra produção que se destaca é a de ovos de galinhas, onde em 1.269 estabelecimentos são produzidos 309 mil dúzias, que geram um valor de produção de R\$448.000,00. Cabe destacar que apenas 353 estabelecimentos venderam ovos no ano, totalizando 151 mil dúzias comercializadas que geraram R\$261.000,00 de valor de venda.

Na produção da lavoura permanente podem-se destacar as seguintes produções:

Quadro 3: Lavouras de produção permanente em Três Passos

Lavoura permanente	Quantidade de estabelecimentos	Quantidade plantada	Quantidade produzida	Valor da produção
Banana	9	50 pés	4 toneladas	R\$4.000,00
Laranja	11	50 pés	23 toneladas	R\$10.000,00

Fonte: IBGE, 2006.

Na lavoura temporária se produziu:

Quadro 4: Lavoura de produção temporária de Três Passos

Lavoura temporária	Quantidade de estabelecimentos	Quantidade produzida	Valor da Produção
Cana-de-açúcar	299	5.017 toneladas	R\$986.000,00
Feijão de cor	114	25 mil toneladas	R\$12.000,00
Feijão fradinho	03	Não declarado	Não declarado
Mandioca	1.235	10.494 toneladas	R\$4.846,00
Milho	1.434	92.907 toneladas	R\$23.440,00
Soja	773	41.234 toneladas	R\$18.337,00
Trigo	213	3.721 toneladas	R\$890.000,00

Fonte: IBGE, 2006.

Já no que tange o efetivo do rebanho do município, pode ser assim descrito: 1.507 estabelecimento possuem 19.795 cabeças de bovinos; um estabelecimento possui dois cabeças de bubalinos; 63 estabelecimentos possuem 95 cabeças de equinos; um estabelecimento possui dois cabeças de muares; 19 estabelecimentos possuem 143 cabeças de caprinos; 22 estabelecimentos possuem 261 cabeças de ovinos; 1.296 estabelecimentos possuem 71.944 cabeças de suínos; 1.464 estabelecimentos possuem 78.383 aves; e, 200 estabelecimentos possuem 1.681 outras aves.

Na maioria dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, em 1.061 utilizam o plantio direto na palha como sistema de preparo do solo, seguidos de 828 que fazem o cultivo convencional através da aração mais gradagem e 120 utilizam o cultivo mínimo, onde praticam apenas a gradagem. Em 259 estabelecimentos agropecuários existem tratores.

No município de Três Passos, a maioria dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por homens, ou seja, 91,47% e as mulheres dirigem apenas 8,53% dos estabelecimentos. Das propriedades que possuem de 5 a 20 hectares 92,92% das propriedades são dirigidas por homens, destes a sua maioria, ou seja, 79% possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Dos 8,53% de estabelecimentos dirigidos por mulheres, 84,34% também possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Sendo que, em 31 de dezembro de 2006 o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com 14 anos ou mais de idade era de 2.695 homens e 1.893 mulheres.

Os proprietários dos estabelecimentos rurais do município possuem predominantemente mão de obra familiar, onde dos 1466 estabelecimentos, 1216, ou seja, 82,95% são familiares; 5,60% possuem contratação de empregado temporário; 1,09% além da contratação de empregado temporário ainda contratam empregado permanente; 5,52% possuem serviço de empreitada; e, 4,84% possuem outras combinações. Com relação à integração com o mercado, 55,25% possuem pouca integração, 32,60% são considerados integrados; e, 9,82% são muito integrados.

Os estabelecimentos que possuem arrendatários são 147, destes 124 são agricultores familiares e destes 79 são considerados pouco integrados e 38 são integrados. Dos 40 estabelecimentos considerados parceiros, 30 possuem mão de obra familiar e 21 destes são pouco integrados e nove são integrados.

A partir das informações apresentadas que caracterizaram o município de Três Passos, foi possível perceber que a maioria dos dados quantificados diz respeito às produções comercializáveis e que dificilmente se quantifica a produção para o

autoconsumo. Com isso, o próximo tópico contém a base conceitual sobre a produção para o autoconsumo reforçando desta forma sua importância, focando também a força de trabalho e o gênero na agricultura familiar.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas e as discussões sobre as informações coletadas. Diante disto, subdivide-se nos seguintes itens: Caracterização das famílias agricultoras rurais da localidade de Vista Alegre, no distrito de Padre Gonzales, Três Passos – RS; Caracterização das propriedades rurais; A percepção dos produtores rurais em relação à produção para o autoconsumo; e, As influências do gênero na produção para o autoconsumo.

2.1 Caracterização das Famílias Agricultoras Rurais da Localidade de Vista Alegre, no Distrito de Padre Gonzales, Três Passos – RS

Inicialmente se apresenta a Figura 2 com o mapa das demarcações da localidade e a indicação das propriedades visitadas.

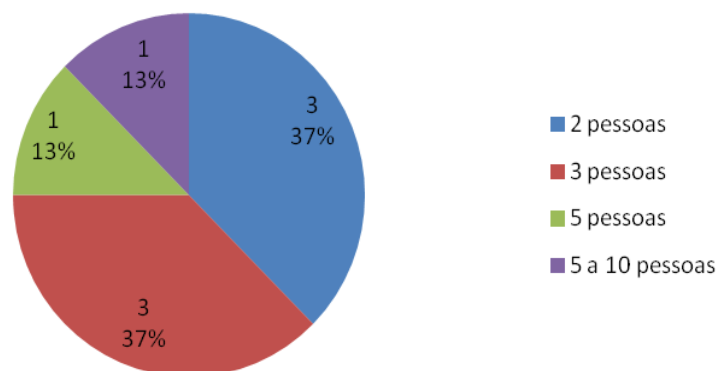


Figura 2: Mapa da localidade de Vista Alegre com a indicação das propriedades visitadas
Fonte: Google Earth, 10/06/2013.

As famílias da localidade de Vista Alegre são formadas em sua maioria com duas e três pessoas, sendo o pai e mãe e em alguns casos um filho/a, existindo duas propriedades das entrevistadas onde, numa delas existe uma pessoa idosa, o casal (pai e mãe) e o casal mais novo (filho com companheira), e outra, onde além do casal existem duas famílias com seus filhos, contratadas que trabalham e moram na propriedade.

Nas propriedades onde vivem apenas o casal patriarca, os filhos saíram para a cidade, casaram, possuem seus empregos, suas casas e famílias montadas. Com isso é possível perceber que as pessoas estão diminuindo no meio rural, permanecendo apenas o casal patriarca, e os filhos até saírem para estudar ou conseguirem emprego na cidade, conforme pode ser visto no gráfico 1.

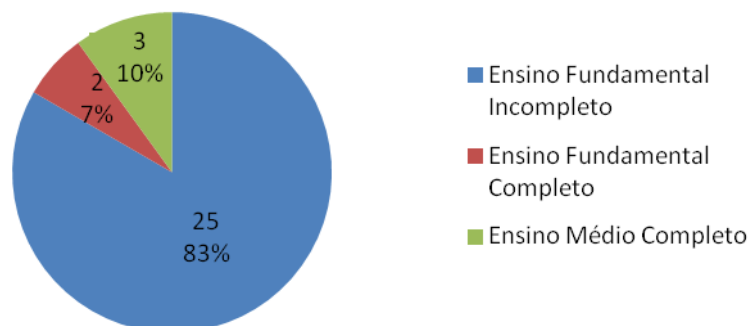
Gráfico 1: Quantidade de pessoas por família



Fonte: Dados da pesquisa de campo

O grau de escolaridade dos entrevistados se demonstrou como sendo baixo, onde a maioria apenas cursou a terceira e quarta séries do ensino fundamental. Em três das oito propriedades pesquisadas, percebeu-se a existência de um integrante em cada com ensino médio completo, conforme pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2: Grau de escolaridade dos entrevistados

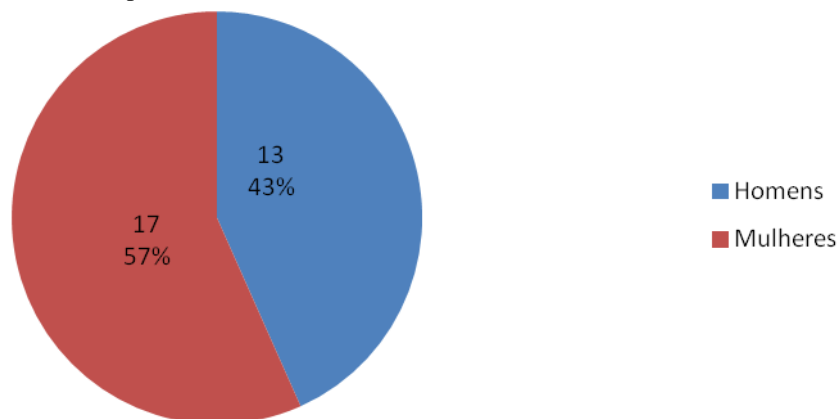


Fonte: dados da pesquisa de campo

Identificou-se, também, a existência de mais mulheres do que homens, mas este fator é determinado pelas crianças, onde nas propriedades que possuíam crianças apenas uma só tem um menino, nas demais todas possuíam uma menina ou mais. Com isso,

hoje a localidade se difere do que indicam as estatísticas, que afirmam que o meio rural é composto em sua maioria por homens, mas o futuro reserva surpresas os poucos meninos da localidade, pois a meninas não pretendem ficar no meio rural, confirmando que afirma a literatura. A seguir a distribuição em forma de gráfico.

Gráfico 3: Quantidade de pessoas na família de acordo com o sexo



Fonte: Dados da pesquisa de campo

As crianças da localidade estudam em escolas da cidade e em algumas escolas recebem incentivos para permanecer no meio rural através de aulas de técnicas agrícolas que ensinam cultivos e criações aplicáveis no meio rural para facilitar a vida, que enfocam principalmente as produções para o consumo da família. Na quarta entrevista, o produtor destacou que a filha aprende muitas coisas interessantes nas aulas de técnicas agrícolas, as quais fazem com que ela se estimule a praticar em casa. No ano que passou a menina tomava conta de grande parcela da criação das mudas de hortaliças da propriedade, tendo conseguido obter uma boa produção.

As meninas das propriedades, ao serem questionadas se pretendiam ficar na propriedade logo afirmavam que não, pois não querem trabalhar na roça e se “judiar” como seus pais. Os próprios pais não estimulam a permanência das meninas, fator que chama a atenção é que em apenas uma propriedade a menina auxilia nas tarefas tanto de casa, quanto da lavoura, mas ao questioná-la se esta permaneceria na propriedade a mesma afirmou que não, que quer estudar e não ficar no meio rural. Este fator é destacado por Gaviria e Pezzi (2007, p. 43) que ressaltam que “as jovens manifestam clareza na definição dos projetos para o futuro: pensam-no fora das atividades da lavoura, ficando por analisar se isso significa também um futuro fora do modo de vida rural”.

O trabalho das meninas quando acontece tem a finalidade de apenas auxiliar os pais, pois conforme Gaviria e Pezzi (2007) o trabalho das moças é apenas de ajuda na agricultura e limitam-se mais as atividades da esfera doméstica, restando poucas alternativas, pois a herança da propriedade é passada para os homens, fazendo surgir à necessidade de buscarem fora da propriedade uma forma de conquistar independência.

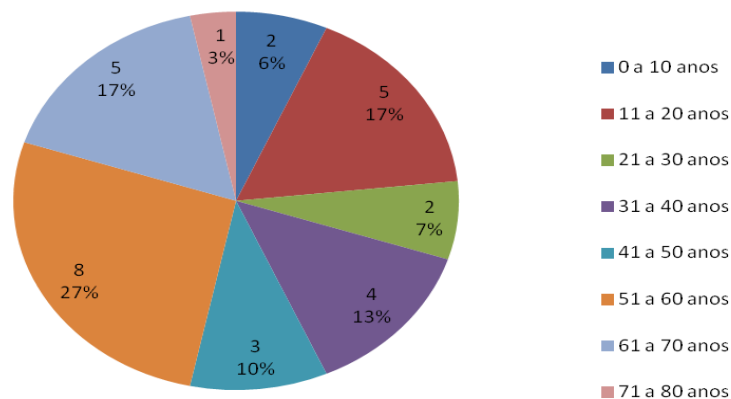
A questão de a herança ficar para os homens, foi fortemente percebida na primeira entrevista, onde o filho mora com a esposa junto na propriedade dos pais. Segundo a entrevistada, o filho hoje já toma conta de toda a propriedade e eles (o casal) apenas auxiliam e cuidam das produções para o consumo, sendo que a propriedade vai ficar para ele, pois as filhas já saíram e estão bem fora e como o filho está ali, vai ficar com tudo.

Já o menino da sétima propriedade entrevistada gosta dos afazeres que executa na propriedade com o trato dos suínos e não gosta de estudar, demonstrando um maior interesse em permanecer no meio rural. De momento este é filho único, se não tiver mais irmão automaticamente vai herdar a propriedade dos pais, já estando desta forma integrado na prospecção futura da propriedade.

Esse menino possui 13 anos e mais uma menina de 13 anos da quarta propriedade visitada, auxiliam na propriedade em atividades que eles podem fazer, quando não possuem muito tema da escola. Essas funções produtivas são estimuladas pelos pais que consideram muito importante o contato dos filhos com o trabalho, pois eles precisam saber da onde saem às coisas, além de quererem que estes gostem da produção agrícola. O menino chega a trabalhar de igual para igual com o pai e a mãe no trato dos 1290 suínos da propriedade. Nas demais propriedades com crianças, foi possível verificar que estas não auxiliam nas atividades produtivas, ficando apenas com a função de estudar.

No que se refere à idade dos integrantes das famílias, conforme o gráfico a seguir, observou-se que a localidade apresenta uma grande concentração de pessoas acima dos cinquenta anos, além de uma faixa de jovens entre os 11 e 20 anos que também se destacou. Em todas as propriedades os patriarcas são casados. O gráfico 4 demonstra a idade dos integrantes das famílias.

Gráfico 4: Idade dos integrantes das famílias



Fonte: Dados da pesquisa de campo

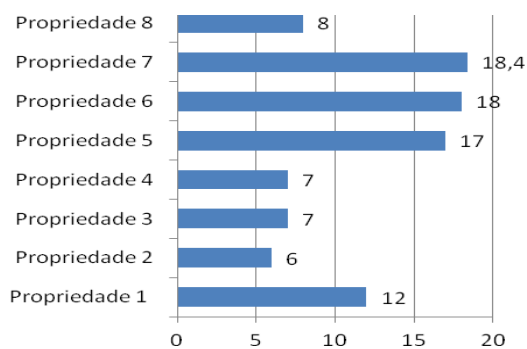
No que tangem atividades fora das propriedades, em nenhuma delas ocorrem tais atividades, pois não existe a necessidade para tal segundo todos os entrevistados, levando-se em consideração que a sobrevivência é garantida ali mesmo.

Em duas propriedades existem pessoas idosas com problemas de saúde que não auxiliam nas atividades fora de casa, em um caso em virtude do mal de Alzheimer a irmã do proprietário, mas não faz nada, fica só dentro de casa.

2.2 Caracterização das Propriedades Rurais

A localidade de Vista Alegre caracteriza-se por pequenas propriedades, com a grande maioria possuindo menos de 15 hectares, onde todos os entrevistados são proprietários das terras que residem, como pode ser visualizado no gráfico 5.

Gráfico 5: Quantidade de hectares



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nestas, são realizadas atividades agrícolas como bovinocultura de leite, suinocultura, suinocultura integrada com bovinocultura leiteira, produção de fumo, produção de grãos, milho em sua maioria para silagem e soja, além de diversos cultivos para o autoconsumo. Todas as propriedades possuem de um a dois hectares com mato com potreiro, plantações de eucalipto nas áreas com muito declive e pequena parcela em uma propriedade com banhado.

Já no que tange as fontes de renda, estas, são basicamente advindas da produção leiteira, suinocultura, grãos (milho e soja) e fumo. Em apenas duas propriedades não existem aposentados na família, nas outras seis propriedades ao menos uma pessoa aposentada existe. Nenhuma propriedade recebe nenhum tipo de programa de transferência de renda.

As áreas das propriedades são assim divididas: produções para o autoconsumo são próximas à sede da propriedade, produções para a comercialização são mais distantes. Este fator é determinado pela facilidade de acesso diário aos cultivos que necessitam para o consumo familiar, que se fossem distantes dificultaria o acesso e teriam que tirar mais produtos na vez que vão, estragando facilmente. Pelo fato de ser próximo é possível tirar cada dia um pouco, para o consumo daquele dia, mantendo a qualidade do produto.

A mão de obra é basicamente familiar, existindo em uma propriedade a contratação permanente de mão de obra de quatro pessoas que auxiliam em todas as atividades da propriedade, tanto nas produções para comercialização, quanto nas produções para o autoconsumo. Todas as atividades que necessitam ser realizadas na propriedade são feitas por todos, então quando é terminado o serviço com o gado leiteiro e com os suínos, todos fazem as demais atividades da propriedade, como semear pasto, fazer piquetes, plantar mandioca, batata-doce. Tudo depende também do nível de força necessário, porque tem funções que necessitam mais força que são realizadas pelos homens, assim como o manuseio com os implementos agrícolas e o trator. Já as atividades que necessitam menos força braçal e menor uso de tecnologias são realizadas pelas mulheres.

Brumer (2004) e Grisa (2004) já destacavam esta diferenciação nas atividades que requerem maior força braçal executadas pelos homens e as demais com menor uso da força e ligadas à casa são executadas pelas mulheres.

Cabe destacar que é despendido um maior tempo para as produções para a comercialização se comparado com o tempo despendido para as produções para o autoconsumo. Em primeiro lugar, é possível afirmar que a quantidade da produção é um fator determinante neste sentido, pois normalmente as áreas para os cultivos para o autoconsumo são pequenas e próximas da sede da propriedade. Já as produções para comercialização são em escalas maiores, em grandes quantidades demandando mais tempo, maior envolvimento e maior esforço braçal e tecnológico.

Em outros dois locais, existe a contratação esporádica de pessoas para auxiliarem em algum cultivo específico, como colheita e amarração do fumo e no trato dos suínos quando os proprietários não podem realizar por algum outro compromisso. Essa contratação sempre é feita para o auxílio nas produções para a comercialização.

No que tange a contratação de serviços de terceiros em apenas dois estabelecimentos existe a contratação de vizinhos que possuem maquinários para a realização de silagem e para colheita e plantio da soja. A troca de serviço com vizinhos e amigos é constante na localidade. A maioria dos entrevistados é sócio de uma máquina que faz silagem, realizando desta forma mutirões entre os sócios para a realização da silagem em cada uma das propriedades, onde se juntam todos os sócios para auxiliarem. Nas palavras da primeira entrevistada é possível identificar a importância deste auxílio para as famílias

A ensiladeira é cara para comprar sozinho e se usa pouco, então é mais vantagem comprar em grupo. Acho muito importante essa forma de trabalho, porque nós precisamos da ajuda dos vizinhos para fazer, e como já compramos em grupo, sempre tem mais gente pra ajudar, e todos ajudam todos em todas as propriedades. E nós só temos um trator, daí os vizinhos ajudam com os deles, porque com um trator não conseguimos fazer a silagem.

Já a terceira entrevistada destaca que

Eu ajudo no que posso, porque depois quando eu precisar recebo ajuda de volta. Acho isso muito importante no interior, porque a gente tá longe dos hospitais e tudo, daí quando vai precisar se não tiver um vizinho pra te ajudar você pode morrer em casa. Às vezes a gente tá com toda a lavoura encaminhada daí a gente vai no vizinho ao lado auxiliar ele um pouco, que sempre tem mais serviço por causa dos porcos, daí não conseguem às vezes plantar uma mandioca ou cortar cana-de-açúcar para fazer melado, daí a gente ajuda ele.

As moradias das propriedades visitadas estão todas em boas condições, algumas até em reforma, outras foram ampliadas de alvenaria, outras já são de alvenaria há mais tempo. Todas as propriedades possuem pomares com diversas frutas, hortas com uma vasta variedade de temperos e uma grande parcela sendo preparada para receber novas mudas e sementes de verduras e hortaliças.

2.3 Percepção dos Produtores Rurais em Relação à Produção para o Autoconsumo

A produção para o autoconsumo é normalmente realizada segundo os entrevistados da localidade de Vista Alegre nas proximidades da sede da propriedade, devido à facilidade de acesso já destacada anteriormente.

Todas as propriedades visitadas produzem cultivos e produções para o autoconsumo. As produções que mais foram destacadas são: amendoim, feijão, mandioca, batata-doce, hortaliças diversas (alface, repolho, tomate, temperos verdes, cebola, alho, couve-flor, chuchu, rúcula, brócolis, pepino, vagem, abóbora, moranga), frutas (bergamota, pêsego, banana, laranja, limão, melancia, melão, figo, abacate, caqui, uva, ameixa, jabuticaba, acerola) e animais como suínos, gado, galinhas, além do leite, nata, ovos, leite, banha, salame, queijo, requeijão, melado, schmier, pães, cucas, bolachas, bolos.

Estes cultivos, criações e produções artesanais realizados são considerados por todos um fator fundamental para a saúde, pois se utiliza menos agrotóxicos, estes são produzidos naturalmente, sendo desta forma mais saudáveis que os comprados. Todos os autores pesquisados consideram os cultivos realizados para o autoconsumo familiar como garantidores da segurança alimentar, tendo em vista principalmente o seu modo natural de produção, sem o uso de grande quantidade de produtos industrializados, na maioria das vezes completamente naturais.

Numa escala de importância a produção para o autoconsumo foi considerada muito importante pelos entrevistados. Essa importância é da mesma forma ressaltada pelos autores citados neste estudo. Podendo destacar o estudo de Grisa (2007) que demonstram o quanto a produção para o autoconsumo é importante na vida dos atores sociais do meio rural, pois é uma fonte de reprodução material e cultural das famílias de

agricultores, possuindo relação com a autonomia dos mesmos, com a segurança alimentar, autoabastecimento alimentar. Segundo a autora, ao produzir para o autoconsumo as famílias diminuem a exposição mercantil e possuem uma fonte de renda não monetária, gerando estabilidade e segurança as mesmas.

Com isso, observou-se na realidade estudada que a produção para o autoconsumo possui como finalidade principal associada à questão da economia, pois plantando e colhendo os produtos estes não são comprados, além do fato de saberem o que estão consumindo e para terem alimentos saudáveis na mesa. Esta finalidade destacada pelos entrevistados se aproxima aos papéis da produção para o autoconsumo elencados por Grisa, Conterato e Schneider (2012, p. 10) de

Manter a alimentação sob o controle da unidade familiar e contribuir para a segurança alimentar; diversificar os meios de vida; economizar recursos e potencializar o uso da força de trabalho e da terra; restabelecer a coprodução entre homem, trabalho e natureza; promover a sociabilidade; e, contribuir com a identidade social.

Neste sentido percebe-se que os papéis identificados pelos autores culminam com a finalidade destacada pelos agricultores, que verificam na prática diária a importância das produções para o consumo familiar. Produções estas que garantem sua sobrevivência e a manutenção de uma qualidade de vida.

No entendimento destes atores é muito mais caro comprar do que produzir os alimentos para o consumo, pois consomem bastante de tudo e se tivessem que comprar tudo, dificultaria muito a sobrevivência no meio rural. Em virtude de terem uma grande disponibilidade dos alimentos que plantam, consomem grandes quantidades destes, comprando poucas coisas nos mercados, somente o essencial que não colhem em casa. Como exemplo, pode ser citado: mandioca sempre tem na mesa, pois plantam, sendo que a batatinha só às vezes compram, desta forma consomem muita mandioca e com isso economizam, pois compram batatinha só para quando vem visita. Além de terem terras disponíveis para serem plantadas, sempre reservando um espaço para tal.

Em virtude da produção integrada de suínos em alguns locais, estes possuem uma série de exigências com relações a outros animais e até mesmo da mesma espécie. Diante disto a produção de galinhas somente é permitida em locais fechados ou incercados. Da mesma forma acontece com os suínos, que precisam ser engordados nas propriedades de amigos ou vizinhos não integrados, ou em locais escondidos nos fundos

das propriedades como é o caso da sétima propriedade visitada. Na propriedade dois o entrevistado destacou a questão das galinhas que por exigência da integradora são criadas presas com a utilização de alimentação comprada, acabam tornando seu custo produtivo muito alto, perdendo também o gosto caipira da criação solta, pois passam presas num pequeno espaço com cerca.

Os cultivos e produções para o autoconsumo são tratados com produtos naturais produzidos na própria propriedade, sem agrotóxicos, como esterco na lavoura, restos de alimentos e folhas do pátio na horta, na alimentação dos animais é utilizado pasto, mandioca, quirera, milho em espigas verdes, entre outros produtos produzidos que podem ser consumidos pelos animais, tudo dependendo da época do ano.

Já no que tange a qualidade das áreas de terra utilizadas para tal produção na metade das propriedades pesquisadas, é considerada melhor, por receber um tratamento diferenciado sem químicos e a outra metade das propriedades considera a qualidade da terra igual à utilizada para os cultivos comerciais, pois acabam utilizando adubação igual em toda a parte, decidindo posteriormente onde irão cultivar os produtos.

Na primeira entrevista é possível destacar na fala do entrevistado que *“depende do cultivo, pois o feijão, a batata-doce e amendoim estão localizadas em lugares melhores, já a mandioca está localizada mais longe numa parte da propriedade que tem pedregulho”*. Já a sexta entrevistada considera que *“Toda a terra é igual, pois recebe o esterco dos suínos em toda a parte”*. Enquanto que na oitava entrevista o agricultor ressaltou que

A terra onde produzimos as coisas pra comer é adubada somente com esterco, a gente capina várias vezes como os inços crescem a gente não usa agrotóxico e se dá algum bichinho ou verme à gente usa produtos naturais mesmo, como xixi de vaca, nesse sentido. Tudo dependendo do que a planta tem a gente busca soluções naturais, para não precisar colocar veneno.

A produção para o autoconsumo realizada na localidade normalmente atende a demanda do ano inteiro, não necessitando comprar os produtos principais, como feijão, mandioca, carnes, hortaliças e frutas. Apenas às vezes adquirem alguma hortaliça quando não tem em casa, em períodos de entre safra ou porque a produção não deu. Frutas dificilmente são compradas, porque sempre tem alguma em casa pra comer. Em alguns casos se consumiram todo o estoque que possuíam acabam comprando alguma coisa. Cabe destacar a fala da entrevistada da quinta propriedade entrevistada:

Quando é época do plantio de produtos para o consumo, digo pro marido caprichar, porque são esses os alimentos que teremos pro resto do ano. Não tem nada melhor do que poder colher fresco todo dia na propriedade as coisas que a gente quer comer. E quando por acaso não temos alguma coisa, compramos no mercado, mas como a gente vai só uma vez ou outra pra cidade, temo que compra bastante e as vezes estraga porque a gente não consome logo.

A produção para o consumo só é afetada por fatores climáticos ou possíveis problemas de saúde que impeçam os agricultores de produzirem. Na segunda propriedade visitada relatou que deixariam de produzir se caso a compra se tornasse mais em conta do que o plantio. Outro fator também destacado na sexta propriedade visitada é de cultivos que não dão mais, como o caso da batatinha, que há anos atrás plantavam e colhiam perfeitamente, hoje em dia nem plantam mais porque os pés não carregam. Este fator é ocasionado, segundo os entrevistados, por causa do uso de agrotóxicos, tanto na terra, quanto nas sementes.

A quantidade atualmente produzida por estes produtores possui a tendência de se manter igual, pois se fossem produzir mais sobraria e não teriam mercado para comercialização e a quantia que produzem atende perfeitamente a demanda da família. Neste sentido, é possível perceber que existe produção suficiente daquilo que mais consomem e conseguem produzir para atender as necessidades da família, já daquilo que sobra acabam dando para vizinhos e amigos. Antigamente conseguiam vender algum excedente em bolichos ou mercados da cidade, mas hoje não podem mais tendo em vista a fiscalização sanitária, restringindo dessa forma uma maior produção.

A prioridade produtiva na localidade são os cultivos para comercialização nas propriedades sem aposentados, pois existe uma extrema necessidade de sobrevivência a partir daquilo que vendem. Já nas propriedades onde o casal é aposentado a produção para o autoconsumo recebe uma importância maior, pois a renda mensal que entra da aposentadoria dá uma garantia de sobrevivência, pois como plantam muitas coisas para o consumo, gastam pouco no mercado, produzindo desta forma menos itens para a comercialização.

A renda auferida da aposentadoria não influencia na quantidade produzida para o consumo, mas influencia na quantidade produzida para a comercialização que diminui devido à entrada deste dinheiro digamos “extra” e na quantia de trabalho realizado na

propriedade. A partir do momento que ocorre a aposentadoria o trabalho para a produção para a comercialização diminui, aproveitando-se mais o tempo em outras atividades, como bailinhos da terceira idade.

Como por exemplo, na quinta entrevista foi destacado que para a comercialização eles mesmos não produzem mais nada, a terra é toda preparada pelos outros (serviço terceirizado em período de plantio e colheita), pois eles não possuem mais condições de fazer. Desta forma, recebem apenas o lucro no final, quando não dá frustração de safra.

Na localidade atualmente nenhum cultivo seria abandonado para expandir a produção para o autoconsumo, pois não existe um estímulo, um incentivo para investir nestas produções e também não saberiam dizer para quem poderiam vender no final. Com isso, a produção sempre segue para os mesmos tipos de cultivos e criações, não distinguindo em nenhuma propriedade.

Foi possível perceber-se também, que a prática de troca e doação de alimentos é constante, considerada fundamental para a manutenção da boa vizinhança e para auxiliar um ao outro naquilo que colhe em excesso e pode distribuir, recebendo posteriormente de volta quando não tiver algo que o vizinho tem. A troca ou doação sempre ocorre dos excedentes ou daquilo que o outro não possui e que é produtivo para o doador. Mas sempre existem aqueles que melhor se relacionam, e é para estes que ocorrem as doações, não é para todos, apenas para os mais chegados. Essa prática é realizada, principalmente para ajudar aqueles que não têm o produto, que em uma propriedade está sobrando, estragando muitas vezes pelo excesso, sabendo que outros não têm.

Os entrevistados também consideram que os mais jovens não possuem muito interesse em produzir para o consumo, considerando mais fácil comprar, não relacionando com a economia e a qualidade dos produtos.

2.4 As Influências do Gênero na Produção para o Autoconsumo

Chayanov (1974) dizia que a quantia de pessoas na família influenciava diretamente a quantidade de alimentos produzidos pelos camponeses, pois quanto mais pessoas, mais trabalho, mais demanda de alimentos e maior produção necessária.

Embora os agricultores da localidade sejam atualmente considerados familiares, eles possuem diversos traços do modo camponês de produção principalmente nas produções para o autoconsumo mantendo-as de geração em geração.

Com isso, nas entrevistas realizadas na localidade, percebeu-se que a quantia de alimentos não sofre profundas transformações com a saída dos filhos da propriedade, ou seja, diminuição da quantidade de pessoas. Segundo os entrevistados, a quantidade de alimentos produzidos sempre foi à mesma, mesmo quando os filhos ainda moravam na propriedade. Hoje que os filhos estão fora, acabam levando alimentos quando voltam para casa, passear nos finais de semana.

Essa prática de ajudar os filhos com aquilo que plantam é constante na localidade, sendo uma tradição passada de geração em geração.

É uma forma de carinho e de auxílio, pois na cidade tudo é necessário comprar e custa caro. Assim como nós sempre já plantamos junto para eles poderem levar quando vem e precisam (Primeira Entrevistada).

Diante desta afirmação é possível perceber que realmente a quantidade produzida não diminuiu com a saída dos filhos, se manteve na mesma quantidade de quando estes ainda moravam em casa, com apenas uma diferença, estes não auxiliam mais no processo produtivo. Com isso, a quantidade de trabalho aumentou para aqueles que ficaram na propriedade, mas que a produção para o autoconsumo nunca foi abandonada, nem diminuída.

E se ainda diante da quantidade levada pelos filhos sobrar alimento que possa se estragar, acabam distribuindo entre os demais familiares ou vizinhos. Diante disto, é possível perceber que a quantidade da mão de obra na propriedade não possui influencia direta com a produção para o autoconsumo. A quantia plantada há anos é a mesma, pois normalmente utilizam os mesmos locais, que muitas vezes pega menos geadas (dependendo do cultivo a geada queima a planta que acaba morrendo) e o solo é mais fértil, sendo adubado constantemente.

A produção para o autoconsumo sofre influencias apenas do clima, principalmente a seca, não sendo realizada apenas se as condições de saúde não possibilitarem mais. Desta forma, resalto a fala da entrevistada da quinta propriedade, que é um caso onde a mulher possui sérios problemas de saúde e não pode mais fazer nenhuma atividade fora de casa:

Hoje o marido planta mais para comer, porque precisa trabalhar menos, tendo mais tempo para isso. Antigamente tinha mais serviços com as plantações que a gente vendia, como a soja que era plantada e colhida a muque.

Mas, foi possível perceber que a produção para o autoconsumo na localidade é realizada principalmente pelas pessoas idosas, que não possuem mais o foco nas produções comerciais, se atendo principalmente nos cultivos para o consumo familiar, tanto dos integrantes que vivem na propriedade, quanto dos filhos que estão fora. Da mesma forma Zanetti e Menasche (2007) afirmam que, em propriedades onde existem mulheres de mais idade (em torno dos 60 anos), a prática da produção para o autoconsumo permanece presente, pois com a aposentadoria dedicam mais tempo a pequenos cultivos, não atuando mais ativamente na produção para a comercialização. Grande parte dos aposentados que vivem no meio rural arrendam suas propriedades para os mais jovens plantarem, recebendo apenas uma parcela pelo arrendamento, cultivando nos arredores da casa os cultivos para autoconsumo. Essa realidade apresentada pelas autoras é constatada na quinta propriedade visitada, onde o casal é aposentado e contrata terceiros para o plantio, manutenção e colheita da soja, restando a eles apenas a tomada de decisões dos períodos corretos para os tratamentos culturais, e os cultivos dos produtos para o consumo da família.

Na metade das propriedades visitadas, a produção para o consumo é realizada basicamente pelas mulheres, conforme os autores já afirmavam, recebendo auxílio do homem apenas para as atividades que demandam maior esforço braçal, como é o caso do processo de arar a terra, ou remexer o solo da horta para nova semeadura. Nas outras três propriedades o casal conjuntamente cuida dos cultivos e criações para o autoconsumo. Em apenas uma propriedade em que a mulher é adoentada e não pode fazer nada fora de casa, que é o homem que cuida dos cultivos e criações para o consumo, mas quando ela ainda tinha condições de saúde ela auxiliava o marido em todas as tarefas da propriedade. É possível perceber no relato da terceira entrevistada a forma como as tarefas são divididas:

Enquanto eu faço as coisas dentro de casa, ele vai pra fora e vai preparando a terra faz o que precisa ser feito. Daí eu vou lá e semeio e depois sempre cuido, capino quando tem inço, faço o que é preciso também para que a produção dê. Desde que começamos a produzir fumo há oito anos, ele ajuda menos nos cultivos para o consumo, antes fazíamos tudo junto.

Na maioria das propriedades visitadas, a produção para o autoconsumo sempre foi realizada pelas mesmas pessoas que hoje o fazem, não tendo havido forte diferenciação. A necessidade, a maior disponibilidade de tempo e o gosto pela produção para o autoconsumo, apareceram destacadas em todas as entrevistas como principais motivos para realizar tais produções. Sendo que todos os integrantes adultos das famílias, que possuem condições de saúde para tal, realizam outras atividades além dos cultivos e criações para o consumo.

A falta de mão de obra no meio rural possivelmente será o fator que determinará a diminuição das produções para o autoconsumo no futuro, na opinião dos entrevistados. Da mesma forma que a falta de mão de obra seria um empecilho para a expansão da produção tanto para a comercialização como para o consumo. A expansão da produção para o consumo com a finalidade da comercialização seria realizada por todos, os entrevistados com idade abaixo de 70 anos, se existisse uma forma de comercialização viável.

Com isso, é possível afirmar que na localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales a produção para o autoconsumo vem se mantendo igual com o passar dos anos, mesmo com o aumento ou diminuição dos integrantes das famílias. E que, são as mulheres as principais responsáveis por tais cultivos, recebendo auxílio dos homens nas atividades que demandam maior esforço braçal.

Atributos de Análise	Análise Geral das Propriedades Visitadas
Características das famílias	A maioria das famílias é composta por duas ou três pessoas. A maioria das famílias que possuem crianças são meninas, mas que não pretendem ficar na agricultura e também não recebem estímulo dos pais para isso. Em apenas duas propriedades não existem aposentados. Baixo nível de escolaridade com predominância de 3ª e 4ª séries. No que se refere à idade dos integrantes das famílias, observou-se que a localidade apresenta uma grande concentração de pessoas acima dos cinquenta anos, além de uma faixa de jovens entre os 11 e 20 anos que também se destacou. Em todas as propriedades os patriarcas são casados.
Características das propriedades	A maioria possui menos de 15 hectares, com boa

	<p>infraestrutura de moradias. Existem produções de grãos, fumo, bovinocultura e suinocultura. A mão de obra é predominante familiar, com contratação de terceiros esporadicamente quando existe a necessidade e constante troca de serviços entre vizinhos, devido principalmente à aquisição de uma máquina para fazer silagem em sociedade.</p>
<p>Percepções sobre a produção para o autoconsumo</p>	<p>Cultivos realizados próximos às propriedades para facilitar o acesso diário.</p> <p>Todas as propriedades visitadas produzem cultivos e produções para o autoconsumo. As produções que mais foram destacadas são: amendoim, feijão, mandioca, batata-doce, hortaliças diversas (alface, repolho, tomate, temperos verdes, cebola, alho, couve-flor, chuchu, rúcula, brócolis, pepino, vagem, abóbora, moranga), frutas (bergamota, pêssego, banana, laranja, limão, melancia, melão, figo, abacate, caqui, uva, ameixa, jabuticaba, acerola) e animais como suínos, gado, galinhas, além do leite, nata, ovos, leite, banha, salame, queijo, requeijão, melado, schmier, pães, cucas, bolachas, bolos.</p> <p>As produções para o autoconsumo são fundamentais a saúde, pois sua manutenção é realizada com produtos naturais, sem agrotóxicos ou adubações químicas. É muito importante para as famílias, gera economia, estimulando o consumo destes alimentos que eles mesmos plantam.</p> <p>Fatores climáticos diminuem a produção e problemas de saúde podem impossibilitar os cultivos.</p> <p>Tendência de manter a produção na mesma quantia.</p> <p>Prioridade produtiva na localidade é a produção para comercialização nas propriedades onde não existem aposentados.</p> <p>Renda da aposentadoria diminui a quantidade produzida para a comercialização, mas não influencia na produção para o autoconsumo.</p>
<p>O gênero na produção para o autoconsumo</p>	<p>A quantidade de alimentos plantados para o autoconsumo não é influenciada pela quantidade de pessoas residentes na propriedade, sempre planta-se mais do que os indivíduos que ali moram necessitam.</p> <p>Os homens são responsáveis pelos cultivos para a comercialização auxiliando as mulheres nas produções para o autoconsumo. Enquanto as</p>

	mulheres auxiliam os homens nos cultivos comerciais e são responsáveis pelos cultivos para o autoconsumo e as atividades domésticas, além de cuidarem dos filhos e das pessoas adoentadas. Os idosos possuem a prática do autoconsumo muito presente em seu dia-a-dia.
--	--

Quadro 5: Resumo síntese dos resultados das entrevistas da localidade de Vista Alegre
Fonte: Dados da pesquisa de campo

Cabe destacar que o trabalho na localidade, no que tangem os cultivos comerciais é basicamente realizado pelos homens, estes recebem auxílio das mulheres e filhos (quando estes possuem tempo) e dos idosos (quando estes possuem condições de saúde para tal). Já a diferenciação associada ao gênero predominantemente tem relação com a força necessária para a execução das tarefas, mas as atividades domésticas são realizadas exclusivamente pelas mulheres, onde as mesmas possuem total autonomia na tomada de decisão. Estas por sua vez, além das atividades domésticas auxiliam e muitas vezes trabalham de igual pra igual com os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar o autoconsumo e a sua relação com o gênero na produção na localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales, no interior do município de Três Passos. Na caracterização das famílias e as propriedades rurais da localidade, identificou-se que em sua maioria são compostas por duas ou três pessoas, em apenas duas propriedades das entrevistadas não existem aposentados, a maioria das pessoas possuem mais de 50 anos, o nível de escolaridade é baixo e dentre as crianças a maioria são meninas que não pretendem ficar no meio rural. As propriedades possuem em média menos de 15 hectares e as principais produções são grãos, bovinocultura, suinocultura, fumo e produções diversas para o autoconsumo.

O fato de haver uma grande concentração de pessoas acima de 50 anos, reforça a questão da vasta produção para o autoconsumo realizada na localidade, pois as pessoas após se aposentarem diminuem a intensidade das produções para a comercialização, pois o ganho extra-advindo da aposentadoria auxilia no equilíbrio das contas da casa e com isso ocorre a intensificação da produção para o consumo demandando menor custo na aquisição de alimentos. No mesmo sentido, Zanetti e Menasche (2007) afirmavam que com a aposentadoria sobra mais tempo para cultivar para o autoconsumo, pois a maior parte da terra das propriedades é arrendada para outros plantarem, ficando apenas com uma parcela a qual plantam para consumir.

Em todas as propriedades visitadas existe uma grande diversidade de produções e criações que são consumidas pela família, como feijão, mandioca, amendoim, batata-doce, hortaliças e verduras diversas, variadas frutas, carnes, leite, ovos, queijos, requeijão, salame, torresmo, melado, schmier, pães,ucas, bolachas, bolos, compotas.

Na localidade a quantidade produzida para o autoconsumo não possui influencia da quantidade de pessoas que residem na propriedade, pois os filhos saíram e a quantia produzida continuou a mesma, ou as noras e pessoas de idades vieram morar na propriedade e a quantia continua a mesma. Isto porque quando sobra algum produto este é trocado com vizinhos ou doado para familiares, além do consumo ser maior destes produtos que são produzidos em casa.

As atividades produtivas de trabalho da localidade são divididas conforme o gênero, onde os homens cuidam das produções para a comercialização, e as mulheres e pessoas idosas com condições de saúde cuidam dos cultivos e criações para o

autoconsumo. As crianças auxiliam quando podem, quando possuem pouco terra de casa da escola.

O fator gênero também difere o trabalho entre leve e pesado conforme apresentado pelos autores e que as mulheres auxiliam os homens no trabalho da lavoura, mas são responsáveis pelos cultivos para o autoconsumo e pelo trabalho doméstico. Aos homens cabem os trabalhos mais pesados e as lidas com os implementos agrícolas e agrotóxicos.

As características das famílias possuem traços de camponeses e de agricultores familiares. Do campesinato, herdaram a tradição dos conhecimentos passados de geração em geração, da produção diversificada para o consumo familiar, da prática de guardar sementes, do uso de fertilizantes naturais em alguns cultivos, e da agricultura familiar o fato da mão de obra ser da família e de todos trabalharem nos processos produtivos.

Cabe destacar que nas entrevistas não foi questionada a questão da prática de guardar sementes, mas por experiência e conhecimento do meio rural do município é possível afirmar que esta prática é constante no meio rural. Desta forma, esta é uma herança da tradição e cultura camponesa, onde se destacam algumas sementes que são guardadas para safras seguintes, como por exemplo, amendoim, feijão e ramas de mandioca. As ramas de mandioca são a melhor tradução deste estilo então camponês de produção. Estas são cortadas rente ao solo antes das primeiras geadas e guardadas embaixo de árvores sendo cobertas com capins até passar o inverno, quando já estão brotando, sendo então picadas e plantadas novamente para gerar produção para a safra seguinte.

Os fatores até então elencados, juntamente com a utilização de grande parcela de fertilizantes naturais, reduzem os custos de produção, gerando autonomia para estas famílias através da diversificação da produção que garante uma maior segurança produtiva, pois uma frustração de safra, não afetará tão drasticamente toda a propriedade onde existem outros cultivos que podem gerar estabilidade para a propriedade.

Da mesma forma que Ploeg (2006) considerava que a produção camponesa depende diretamente de cada unidade produtiva, isto se constatou na realidade da localidade, pois cada unidade produtiva lida com suas realidades de formas diversas, direcionando para aquilo que melhor se adapta para as necessidades que possuem naquele momento. Ploeg (2009) afirma que o modo de produção camponês é uma forma

de enfrentar a crise alimentar da sociedade, fator que realmente procede, pois produzindo seus próprios alimentos o agricultor diminui a dependência ao mercado externo não sentido com tanta intensidade os reflexos das altas e baixas da oferta de alimentos, além de manter um equilíbrio econômico, social e ambiental.

Grisa (2007) dizia que na transição do campesinato para a agricultura familiar práticas tradicionais como a produção para o autoconsumo passaram a ser complementares. Na localidade esta realidade pode ser confirmada, pois o foco produtivo é a produção para a comercialização seguido da produção para o autoconsumo. Mas os traços camponeses da produção para o autoconsumo aparecem impregnados nas produções realizadas conforme já foi apresentado.

Diante disto, Grisa (2007) já afirmava que é a produção para o autoconsumo são o principal fator tradicional que se mantém desde o campesinato e passa para os agricultores familiares. Sendo considerado como o fator que mantém viva a tradição e a cultura dos camponeses.

Cabe então reforçar a importância desta produção na localidade, seguindo o entendimento de Grisa (2007) e Wedig (2009) que ressaltam que a mesma produz autonomia para as famílias, segurança alimentar, garante boa parte da alimentação, reproduzindo a cultura dessas pessoas.

Se observarmos as semelhanças entre camponeses e agricultores familiares elencadas por Schneider e Niederle (2008), é possível dizer que as propriedades da localidade se aproximam do que os autores se referem no que diz respeito ao tamanho das propriedades, ao trabalho familiar, a terra passar para os filhos (homens) por meio da herança e existir um bom convívio social entre as famílias da localidade.

Mas, cabe destacar que a realidade rural da localidade de Vista Alegre se mostrou contrária ao que afirmava Wagner, Marques e Menasche (2007) que diziam que a falta de tempo, a pouca mão de obra disponível, a idade avançada, o recebimento de aposentadoria, a facilidade de acesso a mercados, a comodidade de aquisição de alimentos prontos, seriam fatores que reduziriam a produção para o autoconsumo. Neste caso, nenhuma destas questões apresentadas pelos autores foram identificadas, pois o tempo às pessoas destinam para os cultivos para o autoconsumo, reservando sempre o tempo que é necessário.

A mão de obra disponível nas propriedades é empregada em todas as produções realizadas, tanto para comercialização quanto para o consumo. Não faltando neste momento mão de obra para produzir alimentos. Pelo fato dos agricultores terem uma

idade mais avançada acabam dedicando mais tempo para os cultivos para o consumo do que para os cultivos para a comercialização.

O recebimento da aposentadoria faz com que essas pessoas através deste ganho extra necessitem produzir menos produtos para comercialização do que antes da aposentadoria. A facilidade de acesso aos mercados também não influencia a produção para o autoconsumo nem a diminui. Tão pouco a comodidade de aquisição de alimentos prontos interfere nos cultivos consumíveis.

Diante da atual mudança de paradigmas do desenvolvimento rural, este conquista novas abordagens mais voltadas para o agricultor e não diretamente para a produção, que conforme Schneider (2004) retoma a autonomia produtiva, decide seu modo de viver e trabalhar, moldando-se novamente um agricultor-camponês ao invés de um agricultor-empresário. Com isso, os debates sobre a produção para o autoconsumo ganham força, pois é uma forma garantida de geração de autonomia, valorização e cuidado com o ecossistema, utilizando-o de maneira sustentável. Tirando o foco produtivo principal do econômico, voltando-o para o social, ambiental e ecologicamente correto e sustentável.

Assim, este trabalho alcançou os objetivos aos quais se propôs, pois caracterizou as famílias e as propriedades da localidade, diagnosticou importantes informações sobre as produções para o autoconsumo, identificou a relação do autoconsumo com o gênero nas produções da localidade. Possibilitou ainda identificar traços característicos do campesinato e da agricultura familiar, na qual todos se inserem na localidade.

Para estudos futuros seria de grande relevância quantificar os valores que são envolvidos na produção para o consumo nas famílias e buscar verificar potenciais políticas públicas que estimulam tais produções. Com isso, é possível demonstrar numericamente a importância desta produção e ainda apontar possíveis formas de investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 de jul. 2006. p. 1, col. 2. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: set. 2009.

BRUM, Argemiro J.; TRENNEPOHL, Vera Lúcia. Agricultura brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série textos didáticos.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

CHAYANOV, Alexander V. La organizacion de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2, 2004, Olinda. Relatório Final. Olinda: CONSEA, 2004.

FONSECA, João José Saraiva Da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRÖHLICH, Egon Roque; DORNELES, Simone Bochi. Elaboração de Monografia na Área de Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, 56 p.

GAVIRIA, Margarida Rosa; PEZZI, Silvane Maria. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens das comunidades rurais. In: A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Organizado por: Renata Menasche. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A PRODUÇÃO DA AUTONOMIA: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares Artigo publicado na Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. [Organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Arilda Schimdt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. Revista de Administração de Empresas. RAE Artigos. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, Mai./Jun. 1995.

GRISA, Cátia. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2007.

GRISA, Cátia; CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio. A Produção para o Autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

IBGE. Censo Agropecuário 2006, Agricultura Familiar: Primeiros Resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Censo agropec., Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=432190&search=Rio%20Grande%20do%20Sul|Tr%C3%AAs%20Passos&lang=_PT. Acesso em: abril/2013.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da GEPAD, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=8965>. Acesso em: abril/2013.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila Claudete. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Organizado por: Renata Menasche. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PLOEG, Jan Douwe Van Der et al. Rural development: From practices and Policies towards theory. *Sociologia Ruralis*: Volume 40, Number 4, October 2000. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00156/pdf>. Acesso em: maio/2013.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: A diversidade da agricultura familiar. Org: Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete Teses sobre a Agricultura Camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org). Agricultura Familiar camponesa na Construção do Futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SCHNEIDER, Sergio. A diversidade da agricultura familiar. Org: Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. Apresentação utilizada no IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. 12 a 17 de outubro 2008, Brasília-DF.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antônio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Desenvolvimento Rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais. *Redes (Santa Cruz do Sul)*, v. 12, p. 163-195, 2008.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: SAVANAS: Desafios e Estratégias para o Equilíbrio entre Sociedade, Agronegócio e Recursos Naturais. Editores Técnicos: Fabio Gelape Faleiro e Austeclínio Lopes de Farias Neto. EMBRAPA CERRADOS, Planaltina, Brasília, DF, 2008.

WAGNER, Saionara Araújo; MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata.

Agricultura familiar à mesa. In: A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Organizado por: Renata Menasche. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. Processos Sociais e Agrários. Caxambu, Minas Gerais, Outubro, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003.

WEDIG, Josiane Carine. Reflexões Socioculturais Acerca do Mundo Rural. In: Agricultura e Sustentabilidade. Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo (org): coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WERLE, Walter. Mapa Distrital do Município de Três Passos. Secretaria do Meio Ambiente. Três Passos, 2011.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Organizado por: Renata Menasche. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista

Agricultores familiares da localidade de Vista Alegre – Padre Gonzales

Município de Três Passos

Acadêmica: Aline Fabiane Meinen

Data da entrevista:

Prezado entrevistado!

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o autoconsumo e sua relação com o gênero na produção na localidade de Vista Alegre, no distrito de Padre Gonzales, no interior do município de Três Passos, Rio Grande do Sul. Tendo como objetivos específicos caracterizar as famílias de agricultores familiares da localidade de Vista Alegre, no distrito de Padre Gonzales, Três Passos - RS; analisar a percepção das famílias de agricultores familiares da localidade em relação à produção para o autoconsumo; analisar as influências do gênero na produção para o autoconsumo nas famílias de agricultores familiares da localidade.

Características da família:

Quantas pessoas vivem na propriedade?

Escolaridade dos integrantes da família?

Sexo dos integrantes da família?

Idade dos Integrantes da família?

Estado civil dos integrantes?

Relação com o chefe do estabelecimento? (esposa, filho, etc.)

Alguém da família trabalha dentro e fora da propriedade, seja em atividades agrícolas ou não agrícolas? Quem? Por quê?

Alguém da família trabalha apenas fora da propriedade, seja em atividades agrícolas ou não agrícolas? Quem? Por quê?

Alguém da família trabalha apenas em funções domésticas, que não envolva trabalho na lavoura ou com criações? Quem? Por quê? A proposta é identificar a presença de pessoas idosas ou mesmo pessoas com problemas de saúde, idosos, etc.

As crianças (se houver) auxiliam nos trabalhos da propriedade (seja na produção para venda ou para autoconsumo) ou só estudam? O que fazem? Quando faz? Porque fazem?

As pessoas idosas (acima de 60 anos) auxiliam nas atividades produtivas ou apenas nos cultivos e criações destinados ao autoconsumo? Quando auxiliam? O que fazem? Porque fazem?

Características da propriedade:

De quantos hectares é a sua propriedade?

Utiliza toda a área da propriedade para plantar ou criar animais?

Quanta área não é cultivada por estar coberta com mata, áreas alagadas, pedregosas (considerar APP e Reserva Legal)?

As áreas destinadas para produção para autoconsumo estão próximas ou distantes da residência?

Se comparada com as áreas de terra destinadas aos cultivos comerciais (venda) a qualidade das áreas para autoconsumo são melhores, piores ou iguais?

Quais são as fontes de renda da propriedade? Existem aposentados/pensionistas na família?

Recebem algum tipo de programa de transferência de renda? (Bolsa Família, etc). A renda destes programas é importante na manutenção da família?

Existe mão-de-obra contratada na propriedade? Quantas pessoas? Existindo mão de obra contratada, esta é utilizada principalmente na produção para venda, autoconsumo ou ambas?

Contrata serviços de terceiros (vizinhos, cooperativas, prestadores de serviço, etc) máquinas ou equipamentos em algum período do ano? (plantio, manejo, colheita ou outras atividades)

Faz algum tipo de troca de serviço (mutirão) com vizinhos, amigos, parentes em algum momento do ano? Se sim, por quais razões e se acha isso importante? Se não, por quais razões?

Determinantes da produção para o autoconsumo:

1. Na propriedade existem produções para o autoconsumo? Quais são?
2. Porque produzem para o consumo da família? (Cátia Grisa, 2007)
3. A produção para o autoconsumo atende a demanda da família durante o ano todo? Adquire algum tipo de alimento fora de propriedade ao longo do ano? Quais (frutas, verduras, arroz, feijão, etc)?
4. Caso a produção não atenda a demanda da família, pelo menos em algum período do ano, isso tem alguma relação com a quantidade de pessoas que residem na família ou decorre de outras razões (climáticas, de preço, disponibilidade)?
5. Acha que alguns produtos ou criações acabam custando mais caro produzir na propriedade do que adquirir fora?
6. A quantidade de produtos para autoconsumo aumentou, diminuiu ou se manteve igual nos últimos anos? Independente do que ocorreu, isso tem alguma relação com o número de pessoas da família (nascimento de filhos, crescimento dos filhos, aposentadoria de integrantes da família, saída de integrantes da família da propriedade)? Demanda de alimentos e força de trabalho.
7. Pretende aumentar ou diminuir a quantidade produzida? Por quê?
8. Deixarias de produzir para o autoconsumo em quais circunstâncias?
9. Quem da família mais pratica a produção para o autoconsumo e por quê? Sempre foi assim, ou foi mudando com o tempo? Essa pessoa/s fazem isso porque gostam ou porque precisam, identificam uma necessidade maior, ou possuem mais tempo para isso? Ocupam-se com outras atividades além desta?
10. Existe alguma prioridade de produção? Se sim, qual? Em que posição ficaria a produção para o autoconsumo?
11. Caso existam aposentados na propriedade, estes consideram que a renda que recebem da aposentadoria interfere na quantidade produzida para o autoconsumo? Por quê?
12. Você consegue estabelecer uma relação entre a produção para o consumo da família e a saúde? Se sim, em que sentido?

13. Costuma-se trocar ou dar alimentos para vizinhos ou parentes? Por que faz isso?
(Cátia Grisa, 2007)
14. Os mais jovens possuem interesse pelos cultivos para o autoconsumo ou preferem comprar?
15. As crianças (se houver) estudam em escolas do campo ou em escolas da cidade? Caso estudem no campo, percebes incentivos da escola para a permanência deste no meio rural? É possível identificar se existe algum estímulo da escola para a produção para o autoconsumo ou para a comercialização?
16. Você incentiva seu filho/a a permanecer no meio rural? Caso não, o que você acha que acontecerá com a propriedade no momento em que você não tiver mais condições de produzir? Achas que o filho/a voltará para a propriedade?
17. Os integrantes da família possuem suas funções definidas no processo produtivo? Quem divide e como ocorre?
18. E na produção para o autoconsumo como são divididas as tarefas? Quem divide? Quem mais participa e por quê?
19. Você acha que a produção para o autoconsumo vai aumentar ou diminuir no futuro?
20. Se fosse tivesse que atribuir uma nota para a importância da produção para o autoconsumo na sua família, qual seria? De 0 a 4, onde zero seria sem importância, 1 pouca importância, 2 importante, 3 muito importante e 4 extremamente importante.
21. Se houvesse a possibilidade de aumentar a quantidade de produtos que atualmente são utilizados para autoconsumo e vender este excedente, faria isso?
22. A disponibilidade atual de mão de obra interfere na produção para autoconsumo?
23. Pessoas mais velhas se preocupam mais com a produção para autoconsumo do que as pessoas mais jovens?
24. Você abandonaria algum cultivo que praticas hoje para expandir a produção para o autoconsumo? Terias algum produto em especial que abandonaria e outro em qual investiria? Por quê?